

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO**



**RELATÓRIO DE MONITORAMENTO
DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ANO BASE 2023/2024
Lei nº 2.423/2015**

**OURO - SC
2º SEMESTRE DE 2024**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

SUMÁRIO

1. DADOS DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO	4
2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO PROCESSO DE MONITORAMENTO DO PME	5
3. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS METAS E ESTRATÉGIAS DO PME	
3.1 Meta da Educação Infantil	6
3.2 Meta do Ensino Fundamental	10
3.3 Meta do Ensino Médio	15
3.4 Meta da Educação Especial/Inclusão	19
3.5 Meta da Alfabetização Infantil	26
3.6 Meta da Educação Integral	29
3.7 Meta da Qualidade da Educação Básica	32
3.8 Meta da Elevação da Escolaridade da População	37
3.9 Meta da Alfabetização de Jovens e Adultos	40
3.10 Meta da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional	42
3.11 Meta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio	44
3.12 Meta do Acesso e Expansão da Educação Superior	45
3.13 Meta da Titulação dos Docentes da Educação Superior	47
3.14 Meta da Titulação de Mestres e Doutores na Pós-graduação	47
3.15 Meta da Formação Inicial dos Professores da Educação Básica	48
3.16 Meta da Formação Continuada e Pós-graduação de Professores	51
3.17 Meta da Valorização dos Professores	53
3.18 Meta do Plano de Carreira	55
3.19 Meta da Gestão Democrática	58
3.20 Meta do Financiamento e Investimento Público em Educação	60
4. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	65
5. ANEXOS	
5.1 Referências	72
5.2 Glossário	74
5.3 Dados Estatísticos Complementares:	

a) População por idade de 0 a 17 anos - faixa etária escolar	76
b) População por faixa etária escolar	76
5.4 Notas Técnicas	77
5.5 Demais Informações	87

ESTADO DE SANTA CATARINA
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Educação de Ouro, com vigência de 2015 a 2025, aprovado pela Lei nº 2.413, de 3 de junho de 2015, é o principal instrumento orientador da política educacional do município, com foco na melhoria da qualidade e equidade da educação, tanto em nível local quanto regional, estadual e nacional, por meio de um regime de colaboração. A elaboração coletiva e democrática do Plano Decenal, tendo como referência os Planos Nacional e Estadual de Educação, representa um marco histórico para a educação do município, pois contou com a efetiva participação das diversas entidades e segmentos da comunidade escolar e da sociedade local, organizados a partir da criação da Comissão Coordenadora (Equipe Técnica) e do Fórum Municipal de Educação.

Com a aprovação do PME, a Secretaria Municipal de Educação passou a estruturar os trabalhos de monitoramento anual e avaliação por ciclos bienais, com o objetivo de acompanhar o cumprimento dos compromissos assumidos nas metas e estratégias contidas no documento. A atual composição da Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do PME, bem como da Conferência Municipal de Educação/CONAE Local, foi oficializada pelo Decreto nº 803/2021.

O 3º Ciclo de Avaliação do PME, referente ao período 2021-2022/2023, coincidiu com a realização da CONAE Extraordinária, por meio da Conferência Regional de Educação, realizada de forma conjunta pelo Colegiado de Educação da AMMOC, na cidade de Joaçaba, em 27 de novembro de 2023. Esta conferência foi uma fase preparatória para a etapa estadual e nacional, com vistas à nova edição do Plano Nacional de Educação (2024-2034) e, conseqüentemente, aos Planos Subnacionais.

Este relatório tem como objetivo atualizar os dados oficiais e extraoficiais disponíveis na série histórica decorrida do PME (2015 a 2023), ampliando as reflexões sobre as metas e estratégias do plano decenal de educação, nesta fase final de sua vigência. O documento busca registrar os avanços alcançados até o momento, além de (re)planejar ações estratégicas que possibilitem alcançar as metas ainda não atingidas e, acima de tudo, garantir uma melhor preparação e instrumentalização para a próxima edição do Plano Decenal de Educação, após aprovação do novo Plano Nacional de Educação em 2025.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

1. DADOS DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO

TIPO DE RELATÓRIO: (X) DE MONITORAMENTO

() DE AVALIAÇÃO

Estado: Santa Catarina (SC)		
Plano Municipal de Educação de Ouro - Lei nº 2.413/2015, 03 de junho de 2015		
Períodos de Avaliação: Bial	Relatório do 1º Ciclo de Avaliação até 2018 – Relatado em 2019 Relatório do 2º Ciclo de Avaliação 2019 e 2020 – Relatado em 2021 Relatório do 3º Ciclo de Avaliação 2021 e 2022- Relatado em 2023	
Período de Monitoramento:	Monitoramento realizado anualmente em separado ou juntamente com o Relatório de Avaliação Bial	
Comissão Coordenadora:	Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação e da Conferência Municipal de Educação/CONAE Local	Decreto nº 803/2021
Equipe Técnica:	Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação	
Contatos:	Telefone: (49) 3555-7043	E-mail: educacao@ouro.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO PROCESSO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME

O presente Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação (Lei Municipal nº 2.413/2015) abrange estudos, sistematização e análise baseados nos dados até o ano de 2023. O relatório foi elaborado ao longo do segundo semestre de 2024, sob a responsabilidade da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação e do PME.

Para embasar os estudos de monitoramento do Plano Municipal de Educação, a Equipe Técnica da Secretaria de Educação realizou o levantamento de dados oficiais e extraoficiais até o ano-base 2023/2024, provenientes das seguintes fontes:

- Sinopses do Censo da Educação Básica e Indicadores Educacionais publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referentes aos anos de 2015 a 2023;
- Tribunal de Contas de Santa Catarina - TCE/SC: Espaço TCE Educação – Painéis da Meta 1, Meta 2, Meta 16, Meta 20 e Painel ICMS Educação;
- Dados populacionais do IBGE (Censo 2010 e 2022 – Estimativa IBE/TCU 2023);
- Estimativas populacionais do Sistema DataSUS;
- Plataforma do PNE em Movimento;
- Novo Painel de Monitoramento do PNE – InepData;
- Portal das Transferências Constitucionais – SC, da FECAM;
- Portal QEDU;
- Outros indicadores oficiais e extraoficiais apurados localmente, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação.

O Relatório de Monitoramento do PME, após análise e elaboração pela Comissão Coordenadora (Equipe Técnica), em colaboração com a equipe da Secretaria Municipal de Educação, foi publicado no site da prefeitura, garantindo a devida publicidade e permitindo que mais pessoas, entidades e organizações possam acessar as informações e acompanhar a execução do plano decenal de educação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

3. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS METAS E ESTRATÉGIAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3.1 META DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Meta 1 – Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste Plano.

A partir do ano letivo de 2019, a Secretaria Municipal de Educação implementou um planejamento estratégico para otimizar a logística de oferta da Educação Infantil. Esse planejamento organizou a Rede Municipal de Ensino para atender à demanda de creche e pré-escola no Distrito de Santa Lúcia e, na área urbana, nos Centros de Educação Infantil. A Rede Privada de Ensino complementa essa oferta, porém ainda não registra oficialmente suas matrículas no Censo da Educação Básica do município. Anualmente, a Secretaria Municipal de Educação realiza a apuração direta das matrículas de crianças residentes no município que estudam no Colégio Potencial, visando obter uma visão mais abrangente e precisa da cobertura educacional local.

Conforme exposto, os dados extraoficiais levantados pela Comissão do PME, conforme Nota Técnica nº 02/2024/PME (ver anexos), indicam que o **Indicador 1A** atingiu **103,0%** em relação ao número de matrículas e à população na faixa etária de 4 e 5 anos, conforme os dados detalhados no Quadro 01, a seguir.

Dados publicados pelo TCE/SC no Painel da Meta 1 mostram percentuais de atendimento para o Indicador 1A que variam em torno de 90%, por utilizarem outra metodologia de cálculo (taxa líquida de matrículas na pré-escola e estimativa populacional própria), resultando em um índice de 87,9% em 2023, conforme detalhado no Quadro dos Indicadores da Meta 1, na sequência.

Quadro 01 - Número de matrículas atendidas no município de Ouro, na faixa etária de 4 e 5 anos de idade, por Modalidade de Ensino – Ensino Regular e/ou Educação Especial de 2015 a 2023

Ano	População de 4 e 5 anos	Creche	Pré-escola	Anos Iniciais	Total	Atendimento estimativa
2015	173	-	160	1	161	93,1%
2016	172	-	181	2	183	106,4%
2017	171	1	172	2	175	102,3%
2018	171	4	178	-	182	106,4%
2019	171	12	160*	-	172	100,6%
2020	170	11	152*	-	163	95,9%
2021	169	21	159*	-	180	106,5%
2022	164	14	168*	-	182	111,0%
2023	164	18	151*	-	169	103,0%

Fonte: Educacenso/INEP, estimativa populacional do Ministério da Saúde/SVSA/DAENT/CGIAE 2015 a 2021, Censo IBGE 2022 e IBGE/TCU 2023 - Obs: * Inclui alunos de escola da rede privada não inseridos no Educacenso: 16 (2019); 19 (2020); 30 (2021), 19 (2022) e 07 (2023).

Em relação ao **Indicador 1B**, dados extraoficiais levantados na Nota Técnica nº 03/2024/PME (ver anexos) indicam que a meta de atender 50% da população de 0 a 3 anos foi superada desde 2015, atingindo **68,8%** no ano letivo de 2023, conforme demonstrado no Quadro 02 (abaixo). Embora os dados do Painel da Meta 01 do TCE-SC estejam levemente abaixo dos apurados pela Secretaria de Educação, o percentual registrado para o mesmo ano foi de **63,7%**, relativamente próximo.

Quadro 02 - Número de matrículas atendidas no município de Ouro, na faixa etária de 0 a 3 anos de idade, por Modalidade de Ensino – Ensino Regular e/ou Educação Especial de 2015 a 2023

Ano	População de 0 a 3 anos	Creche	Pré-escola	Total	Atendimento estimativa
2015	261	175	62	237	90,8%
2016	262	147	60	207	79,0%
2017	261	151	69	220	84,3%
2018	258	141	64	205	79,5%
2019	254	201*	-	201	79,1%
2020	251	196*	-	196	78,1%
2021	248	194*	-	194	78,2%
2022	317	202*	-	202	63,7%
2023	317	218**		218	68,8%

Fonte: Educacenso/INEP, estimativa populacional do Ministério da Saúde/SVSA/DAENT/CGIAE 2015 a 2021, Censo IBGE 2022 e IBGE/TCU 2023 - Obs: * Inclui alunos de escola da rede privada não inseridos no Educacenso: 24 (2019); 22 (2020) e 10 (2021), 24 (2022) e 16 (2023).

QUADRO DOS INDICADORES 1A e 1B

INDICADOR 1A	Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola/creche										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	24/25	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	SIM
Meta executada no período (Pnad/IBGE - 2010)	88,3% (2010)	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI		
Meta executada no período (Censo Ed. Básica e Pop. Est. DataSus/IBGE – NT 02/2024/PME)	93,1%	106,4%	102,35	106,4%	100,6%	95,9%	106,5%	111,0%	103,0%		
Meta executada no período (SME – NT 02/2024/PME)		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%		
Meta executada no período (TCE-SC Paineis da Meta 1)	82,5%	95,3%	92,0%	97,3%	80,4%	98,5%	95,6%	92,6%	87,9%		
INDICADOR 1B	Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	24/25	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										50%	SIM
Meta executada no período (Pnad/IBGE - 2010)	47,5% (2010)	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI		
Meta executada no período (Censo Ed. Básica e Pop. Est. DataSus/IBGE – NT 03/2024/PME)	90,8%	79,0%	84,3%	79,5%	79,1%	78,1%	78,2%	63,7%	68,8%		
Meta executada no período (TCE-SC Paineis da Meta 1)	53,8%	46,1%	48,2%	45,9%	58,8%	57,1%	60,3%	61,4%	63,7%		

Obs: SI – Sem Informação

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 1

META 01 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
1.1 Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.	2015-2025	Ação: 1005	Em desenvolvimento	Parcialmente
Observações: - Por meio de cadastramento de ações de obras junto ao PAR. - Houve investimentos com recursos próprios, com ampliação de salas no CMEI Pedacinho do Céu.				
1.2 Realizar, periodicamente, em regime de colaboração com saúde..., levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no município.	2015-2025	Não se aplica	Em desenvolvimento	Sim
Observações: - Por meio das agentes de saúde e demais órgãos da Rede de Proteção Social				
1.3 Manter e ampliar, em regime de colaboração união, estado e município e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil.	2015-2025	Ação: 1005	Em desenvolvimento	Parcialmente
Observações: - Nos anos de 2019 e 2020 foram realizadas readequações dos espaços nos dois CMEIs, com recursos próprios.				
1.4 Implantar, no decorrer da vigência deste PME, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.	2017/2019/ 2021/2023	Não se aplica	Não iniciada	Não
Observações: - Há necessidade de se fazer um estudo mais aprofundado em relação ao processo de avaliação da educação infantil. No entanto, há um acompanhamento contínuo das condições das unidades escolares de Educação Infantil, nos mais diversos aspectos.				
1.5 Promover a formação inicial e continuada dos(as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior.	2015-2025	Ação: 2017; 2018	Realizada	Sim
Observações: - Oferecida formação continuada anualmente; - Em 2023, 96,1% dos professores da Educação Infantil possuíam formação de ensino superior (DSU) e apenas 49,7% possuíam AFD-Adequação da Formação Docente de nível superior em licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica), na mesma área que leciona.				
1.6 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.	2015-2025	Não se aplica	Não iniciada	Não
Observações: - Não houve nenhuma articulação em âmbito local ou regional nesse sentido.				
1.7 Ampliar o atendimento da população do campo em nível de educação infantil oferecendo o deslocamento das crianças às instituições mais próximas que oferecem tal nível de educação.	2015-2025	Ação: 2019	Realizada	Sim
Observações: - Em 2019 foi polarizado a oferta da Educação Infantil no Distrito de Santa Lúcia, na área rural, com oferta de transporte para todos os alunos de 0 a 5 anos de idade.				
1.8 Priorizar o acesso à educação infantil e a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.	2015-2025	Ação: 2017; 2018; 2020	Realizada	Sim
Observações: - Estratégia consolidada e observada anualmente.				

META 01 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
1.9 Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.	2015-2025	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Por meio de parcerias entre as Secretarias de Saúde e Assistência Social, com palestras e campanhas de conscientização. - Por meio do PSE – Programa de Saúde na Escola.			
1.10 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte.	2015-2025	Não se aplica	Em desenvolvimento	Sim
	Observações: - A partir de 2019, toda Educação Infantil foi atendida nos Centros de Educação Infantil na área urbana e no Distrito de Santa Lúcia na área rural, com otimização dos espaços, respeitando o número de alunos por turma e faixa etária.			
1.11 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.	2015-2025	Não se aplica	Em desenvolvimento	Sim
	Observações: - Realizado bimestralmente por meio do Projeto Presença, Sistema APOIA e Rede de Proteção Social.			
1.12 Implementar durante a vigência deste plano espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil.	2015-2025	Ação: 1005; 1006; 2017; 2018	Em desenvolvimento	Sim
	Observações: - Nos CMEIs há disponibilidade de parque infantil, brinquedoteca e biblioteca com literaturas infantis diversificadas.			
1.13 Avaliar, até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da Lei Complementar no 170/1998, que trata do número de estudantes por turma de acordo com o espaço físico.	2020	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Em 2017 o Conselho Municipal de Educação aprovou resolução regulamentando o número de alunos por turma conforme o espaço físico e número de profissionais.			

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

3.2 META DO ENSINO FUNDAMENTAL

Meta 2 – Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade garantindo que conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

O atendimento da população de 6 a 14 anos na Educação Básica é dividido entre as Redes Municipal, Estadual e Privada de Ensino. A Rede Municipal atende prioritariamente os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, enquanto a Rede Estadual é responsável pelos Anos Finais. A Rede Privada abrange ambas as etapas do Ensino Fundamental. Embora o maior número de matrículas esteja concentrado na área urbana, o município mantém a oferta dos Anos Iniciais e Finais na área rural, em uma escola compartilhada entre as Redes Municipal e Estadual no Distrito de Santa Lúcia, facilitando o acesso dos alunos da região.

Assim como na Educação Infantil, os alunos do Ensino Fundamental da Rede Privada de Ensino não foram incluídos no Censo da Educação Básica de 2019 a 2023. Diante disso, a Secretaria de Educação obteve esses dados diretamente da unidade escolar. Para 2023/2024, foram também coletadas informações de alunos de Ouro matriculados nas escolas estaduais de Capinzal.

Em relação ao **Indicador 2A**, que mede a universalização do ensino fundamental, o único dado oficial disponível é da Pnad 2010, apontando que 98,9% da população de 6 a 14 anos estava sendo atendida naquela época. Dados extraoficiais, obtidos a partir das Sinopses do Censo da Educação Básica e da população estimada por faixa etária pelo DataSUS e pelo Censo 2022 do IBGE (conforme Nota Técnica nº 04/2024/PME, nos anexos), indicam que, em 2023, a universalização foi estatisticamente alcançada, com um percentual de **102,1%**.

Considerando que não há registros na Rede de Proteção Social de crianças ou adolescentes fora da escola nesta faixa etária e que alguns alunos optam por estudar em escolas estaduais no município vizinho de Capinzal e em escolas particulares de Joaçaba, a Secretaria Municipal de Educação ratifica que 100% da demanda tem sido atendida desde 2016.

Quadro 03 - Número de matrículas atendidas no município de Ouro, na faixa etária de 6 a 14 anos de idade, por Modalidade de Ensino – Ensino Regular e/ou Educação Especial de 2015 a 2023

Ano	População de 6 a 14 anos	Pré-escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Total	Atendimento estimativa
2015	824	9	430	313	6	758	92,0%
2016	803	14	429	263	13	719	89,5%
2017	789	16	402	273	4	695	88,1%
2018	778	6	424	248	2	680	87,4%
2019	767	8	415*	226*	1	650	84,7%
2020	759	10	429*	226*	2	655	86,3%
2021	750	12	470*	235*	-	704	93,9%
2022	675	6	451*	237*	-	694	102,8%
2023	675	23	389**	268**	9**	689	102,1%

Fonte: Educacenso/INEP, estimativa populacional do Ministério da Saúde/SVSA/DAENT/CGIAE 2015 a 2021, Censo IBGE 2022 e IBGE/TCU 2023 - Obs: * Inclui alunos de escola da rede privada não inseridos no Educacenso: 34 Anos Iniciais e 35 Anos Finais (2019); 57 Anos Iniciais e 26 Anos Finais (2020); 57 Anos Iniciais e 25 Anos Finais (2021); 55 Anos Iniciais e 30 Anos Finais (2022); **Inclui alunos de escola da rede privada não inseridos no Educacenso e de escolas da rede estadual de Capinzal: 04 Anos Iniciais, 57 Anos Finais e 08 Ensino Médio.

Em relação ao fluxo escolar, medido pelo **Indicador 2B**, o único dado oficial disponível, da Pnad de 2010, apontava um percentual de **78,0%**. O Painel da Meta do TCE-SC confirma a ausência de avanços significativos, registrando apenas **79,7%** para este indicador até 2020 (10 anos depois), conforme demonstrado no Quadro dos Indicadores da Meta 02 a seguir. Dada a persistência de percentuais de distorção idade-série no Ensino Fundamental — que se mantiveram em torno ou acima de 10% ao longo dos anos decorridos do Plano Decenal de Educação e chegaram a 13,9% em 2023, como indicado no Quadro 04 a seguir —, é improvável que a meta de 95% possa ser alcançada até 2025.

Quadro 04 - Aprovação, Reprovação, Abandono e Distorção Idade-série no Ensino Fundamental do município de Ouro – 2015 a 2023

Indicador	Ensino Fundamental								
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Aprovação	94,4%	95,1%	97,6%	94,5%	93,8%	97,9%	91,6%	92,3%	92,6%
Reprovação	5,2%	4,5%	2,2%	5,3%	6,2%	2,1%	8,4%	7,6%	7,4%
Abandono	0,4%	0,4%	0,2%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%
Distorção idade-série	9,6%	10,8%	9,2%	7,5%	11,1%	13,0%	12,7%	12,6%	13,9%

Fonte: INEP - Censo da Educação Básica

QUADRO DO INDICADOR 2A e 2B

INDICADOR 2A	Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou que já concluiu o ensino fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada).										ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO	
	Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023		24/25
Meta prevista		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	SIM
Meta executada no período (Pnad/IBGE-2010)	98,9% (2010)	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI			
Meta executada no período (Censo Ed. Básica e Pop. Est. DataSus/IBGE – NT 04/2024/PME)	92,0%	89,5%	88,1%	87,4%	84,7%	86,3%	93,9%	102,8%	102,1%			
Meta executada no período (dado extraoficial – SME)	-	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%			
Meta executada no período (TCE-SC Painel da Meta 2)	92,1%	89,0%	87,4%	90,1%	75,3%	79,2%	89,2%	85,5%	87,1%			
INDICADOR 2B	Percentual da população de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.										ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO	
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	24/25		
Meta prevista (PNE)											95%	SI
Meta executada no período (Pnad/IBGE-2010)	78,0% (2010)	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI			
Meta executada no período (TCE-SC Painel da Meta 2)	90,5%	83,3%	86,1%	78,0%	77,3%	79,7%	-	-	-			

Obs: SI – Sem Informação

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 2

META 02 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
2.1 Pactuar entre a União, o Estado e os Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.	2020	Não se aplica	Em desenvolvimento	Parcialmente
	Observações: - A SME elaborou juntamente com os professores as Diretrizes Curriculares do Ensino Municipal, tendo como referência a BNCC, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação por meio da Resolução nº 003/2019.			
2.2 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos(as) alunos(as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.	2015-2025	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Por meio do Programa Frequência Escolar do governo federal (Projeto Presença), do Sistema de Gerenciamento Escolar (SGE), Programa APOIA e em parceria com os demais órgãos responsáveis pela proteção da infância e adolescência.			
2.3 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Em parceria com os demais órgãos responsáveis pela proteção da infância e adolescência.			
2.4 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial e das escolas do campo.	2015-2025	Ação: 2013; 2020	Realizada	Sim
	Observações: - Realizado por meio de atividades desportivas e culturais no contra turno escolar, com oficinas de: dança, violão, caratê, futsal, xadrez, tênis de mesa e fanfarra.			
2.5 Organizar no âmbito dos sistemas de ensino, a flexibilidade do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - São respeitadas as datas festivas, feriados e eventos da cultura local e regional.			
2.6 Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.	2015-2025	Ação: 2013; 2023	Realizada	Sim
	Observações: - Atividades de aulas de dança, Festival Estudantil da Canção, ida ao cinema e outras.			
2.7 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Eventos como Família na Escola, Feira do Conhecimento, Mostra Literária.			
2.8 Estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo.	2015-2025	Ação: 1002; 2013; 2014	Em desenvolvimento	Sim
	Observações: - O COMED emitiu resolução para reorganizar as turmas da Rede Municipal de Ensino, respeitando os direitos de aprendizagem e a inserção destes em turmas conforme a faixa etária.			

META 02 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
2.9 Oferecer formas alternativas do ensino fundamental, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.	2015-2025	Não se aplica	Em desenvolvimento	Parcialmente
Observações: - Por meio do acolhimento possível, dentro do período letivo em que houver demanda, inclusive para alunos vindos de outros países.				
2.10 Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos(as) estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.	2015-2025	Não se aplica	Em desenvolvimento	Sim
Observações: - Participação na Olimpíada da Língua Portuguesa; - Oficina de produções de texto.				
2.11 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas.	Anual	Ação: 2013	Realizada	Sim
Observações: - São desenvolvidas extraclasse oficinas de futsal, xadrez e karatê.				
2.12 Garantir a adequação dos espaços físicos das escolas para o recebimento de alunos com necessidades especiais com subsídios do governo estadual e federal.	2015-2025	Ação: 1002; 2013; 2020	Realizada	Sim
Observações: - Escolas com salas e banheiros adaptados para alunos com necessidades especiais.				
2.13 Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.	2015-2025	Ação: 1002; 2013; 2020	Realizada	Sim
Observações: - Todas as pessoas em idade escolar que tenham deficiência, frequentam o ensino regular.				
2.14 Disponibilizar tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues ou multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas.	2015-2025	Ação: 2013	Em desenvolvimento	Parcialmente
Observações: - Disponibilidade de laboratórios de informática nas escolas, acesso à Internet, telecentro comunitário e outros recursos - Inserção de ação no PAR das tecnologias de inovação, bem como no PDDE – Educação Conectada.				
2.15 Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.	2015-2025	Ação: 2013	Realizada	Parcialmente
Observações: - Em constante melhoria, com aquisição de acervo bibliográfico, jogos pedagógicos e brinquedos educativos - As bibliotecas possuem acesso à internet.				
2.16 Proporcionar mecanismos que garantam a organização pedagógica, o currículo, e as práticas pedagógicas e a qualidade de ensino para as escolas do campo. Oferecendo vaga e transporte na escola mais próxima quando na escola da comunidade não mais ofertar o atendimento referente a determinadas turmas.	2015-2025	Ação: 2013; 2014	Realizada	Sim
Observações: - Foi reorganizada a proposta pedagógica com base na BNCC, com implantação das Diretrizes Curriculares Municipais em 2019/2020, sem, no entanto, apresentar características exclusivas de escola do campo.				
2.17 Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental.	2015-2025	Ação: 1002; 2013	Realizada	Sim
Observações: - Acesso e permanência no Ensino Fundamental está consolidado.				
2.18 Garantir a implementação da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina de maneira a assegurar a formação básica comum respeitando os valores culturais e artísticos nos diferentes níveis e modalidades da educação.	2020	Não se aplica	Realizada	Sim
Observações: - Foi reorganizada a proposta pedagógica com base na BNCC, com implantação das Diretrizes Curriculares Municipais em 2019/2020, com aprovação pelo Conselho Municipal por meio da Resolução nº 003/2019.				

META 02 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
2.19 Avaliar, até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da Lei Complementar no 170/1998, que trata do número de estudantes por turma.	2020	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Realizada através de Resolução do Conselho Municipal de Educação			
2.20 Assegurar a criação de uma equipe multidisciplinar municipal em parcerias com a Secretaria da saúde e Assistência Social (fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo, psicopedagogo, assistente social, nutricionista e neurologista), além do professor para o atendimento dos alunos da rede pública para diagnóstico preventivo com carga horária de acordo com as necessidades do município.	2015-2025	Ação: 2012	Realizada	Sim
	Observações: - A SME desde 2017 tem uma equipe composta de Nutricionista, Psicólogo e Psicopedagogo. Em 2019 foi realizado concurso para o cargo de Fonoaudiólogo, porém, não houve o preenchimento da vaga. Os demais profissionais são oferecidos pela Secretaria de Saúde; - Em 2023 a equipe multidisciplinar da Secretaria de Educação foi composta por Nutricionista, Psicopedagoga, Psicólogo e Assistente Social.			

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

3.3 META DO ENSINO MÉDIO

Meta 3 – Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

Em relação ao atendimento da demanda da população de 15 a 17 anos de idade, tal atribuição está vinculada atualmente a Rede Estadual. A Rede Estadual mantém duas unidades escolares no município, uma na área urbana e outra na área rural.

Ainda que os indicadores oficiais e extraoficiais apontem que o Indicador 3A tenha ficado abaixo de 100% no período analisado (ver Quadro 05 abaixo), há que se considerar a busca por formação de nível médio regular e técnico profissionalizante fora do município, bem como de pessoas na faixa etária considerada, cursando EJA em Capinzal. Nesse sentido, não há como afirmar que haja adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola, em razão da demanda manifesta estar plenamente atendida e de não haver registro junto a Rede de Proteção Social de que pessoas, na referida faixa etária, não estejam estudando e/ou não tenham concluído o Ensino Médio. Considerando tais argumentos e outros apresentados na Nota Técnica nº 05/2024/PME (nos anexos), a Secretaria Municipal de Educação/Comissão Coordenadora entende que a universalização deste atendimento ocorreu de 2016 em diante, cujas exceções são prontamente verificadas e acionadas por meio do Sistema APOIA e Conselho Tutelar.

Quadro 05 - Número de matrículas atendidas no município de Ouro, na faixa etária de 15 a 17 anos de idade, por Modalidade de Ensino – Ensino Regular e/ou Educação Especial de 2015 a 2023

Ano	População de 15 a 17 anos	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Total	Atendimento estimativa
2015	305	-	44	207	251	82,3%
2016	293	1	53	198	252	86,0%
2017	279	-	42	196	238	85,3%
2018	265	-	31	246	277	104,5%
2019	257	-	31	188	219	85,2%
2020	255	-	36	157*	193	75,7%
2021	252	-	37	154*	191	75,8%
2022	225	-	32	124	156	69,3%
2023	225	-	30	131**	161	71,6%

Fonte: Educacenso/INEP, estimativa populacional do Ministério da Saúde/SVSA/DAENT/CGIAE 2015 a 2021, Censo IBGE 2022 e IBGE/TCU 2023 - Obs: * Inclui alunos de escola da rede privada não inseridos no Educacenso: 10 alunos em 2020 e 2021; **Inclui alunos que estudam em escola estadual de Capinzal – 06 alunos.

Para apoiar o acesso e a permanência dos alunos no Ensino Médio, o município oferece transporte escolar para todas as localidades rurais e, até mesmo, na área urbana, além de fornecer auxílio financeiro para o transporte de estudantes que frequentam cursos técnicos e/ou profissionalizantes em municípios da região.

Em relação ao fluxo escolar, medido pelo **Indicador 3B**, que avalia o percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta ou concluiu o Ensino Médio, o dado oficial mais recente é da Pnad de 2010, que registrava um percentual de **62,9%**. Embora a meta estabelecida seja de 90% até 2025, é pouco provável que este patamar tenha sido alcançado, dada a ausência de mecanismos locais para

levantamento dessas informações e a continuidade da distorção idade-série acima de 10% nos últimos anos, alcançando 14,0% no Ensino Médio em 2023, conforme demonstrado no Quadro 06 a seguir.

Quadro 06 - Aprovação, Reprovação, Abandono e Distorção Idade-série no Ensino Médio do município de Ouro – 2015 a 2023

Indicador	Ensino Médio								
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Aprovação	89,8%	87,1%	90,1%	91,9%	86,7%	88,3%	82,6%	88,9%	86,9%
Reprovação	7,6%	9,3%	5,9%	4,4%	7,1%	2,3%	9,0%	8,1%	13,1%
Abandono	2,6%	3,6%	4,0%	3,7%	6,2%	9,4%	8,4%	3,0%	0,0%
Distorção idade-série	11,7%	9,5%	8,7%	14,1%	18,2%	17,6%	17,6%	18,9%	14,0%

Fonte: INEP - Censo da Educação Básica

QUADRO DO INDICADORES 3A e 3B

INDICADOR 3A	Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou concluiu a Educação Básica										ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO	
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	24/25		
Meta prevista		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%		SIM
Meta executada no período (Pnad/IBGE-2010)	88,4% (2010)	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI			
Meta executada no período (Censo Ed. Básica e Pop. Est. DataSus/IBGE – NT 05/2024/PME)	82,3%	86,0%	85,3%	104,5%	85,2%	75,7%	75,8%	69,3%	71,6%			
Meta executada no período (SME - NT 05/2024/PME)	-	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%			
INDICADOR 3B	Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa.										ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO	
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	24/25		
Meta prevista										90%		NÃO
Meta executada no período (Pnad/IBGE-2010)	62,9% (2010)	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI			
Meta executada no período (dado extraoficial – SME)	-	-	-	-	-	-	-	-	-			

Obs: SI – Sem Informação

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 3

META 03 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
3.1 Institucionalizar política e programa estadual para o ensino médio articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.	2015-2025	Não se aplica	Em desenvolvimento	Parcialmente
Observações: - De responsabilidade da Rede Estadual de Ensino.				
3.2 Pactuar, entre União, Estado e Municípios, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.	2020	Não se aplica	Em desenvolvimento	Parcialmente
Observações: - Por meio do estudo do Novo Ensino Médio e BNCC, sob responsabilidade da Rede Estadual de Ensino.				
3.3 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar.	2015-2024	Não se aplica	Em desenvolvimento	Sim
Observações: - Em parceria com as oficinas de cultura e esporte oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.				
3.4 Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do(a) aluno(a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.	2015-2025	Não se aplica	Em desenvolvimento	Não
Observações: - De responsabilidade da Rede Estadual de Ensino.				
3.5 Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo.	2015-2014	Não se aplica	Em desenvolvimento	Sim
Observações: - Apoio no auxílio transporte aos alunos que frequentam as Escolas Agrotécnicas de Nível Médio.				
3.6 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar.	Anual	Não se aplica	Em desenvolvimento	Sim
Observações: - Por meio do Projeto Presença, Sistema APOIA e Rede de Proteção Social.				
3.7 Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.	Anual	Não se aplica	Não iniciada	Não
Observações: - De responsabilidade da Rede Estadual de Ensino.				

META 03 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
3.8 Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.	2015-2025	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - De responsabilidade da Rede Estadual de Ensino.			
3.9 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.	2015-2025	Não se aplica	Em desenvolvimento	Sim
	Observações: - Por meio do auxílio transporte aos alunos que buscam formação técnica de nível médio.			
3.10 Promover e acompanhar a efetivação de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.	2015-2025	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - De responsabilidade da Rede Estadual de Ensino.			
3.11 Avaliar, até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da Lei Complementar no 170/1998, que trata do número de estudantes por turma, considerando o espaço físico.	2020	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - De responsabilidade da Rede Estadual de Ensino.			

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

3.4 META DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - INCLUSÃO

Meta 4 – Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados, nos termos do Art. 208, inciso III, da Constituição Federal, do Art. 163 da Constituição Estadual e do Art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, com status de emenda constitucional, e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, e nos termos do Art. 8º do Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, até o último dia de vigência desse Plano.

Em 2023, a matrícula total na Educação Básica Pública foi de 1.157 alunos, dos quais 38 estavam matriculados na Educação Especial em classes comuns, o que corresponde a aproximadamente 3,3% do total de matrículas. Desses, 21 alunos foram atendidos na Rede Estadual e 17 na Rede Municipal. É importante observar que até 2021 o número de matrículas nesta condição se manteve relativamente estável, mas em 2022 e 2023 houve um aumento significativo, com crescimento de 90% em 2023 em comparação a 2021. Esse crescimento está particularmente associado ao aumento no número de alunos diagnosticados com autismo, que subiu de 5 para 17 casos no período mencionado. Vale ressaltar que um mesmo aluno pode apresentar mais de um tipo de deficiência, conforme detalhado no Quadro 07 a seguir.

Quadro 07 - Número de matrículas na Educação Especial em Classes Comuns no município de Ouro – Ensino Regular e/ou EJA, por Rede e Etapa de Ensino – 2015 a 2023

Ano	Total de matrículas	Rede de Ensino			Etapa de escolaridade				
		Estadual	Municipal	Privada	Creche	Pré-escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
2015	19	8	10	1	1	4	6	8	-
2016	21	9	10	2	2	2	8	9	-
2017	26	14	9	3	1	1	10	11	3
2018	20	11	6	3	-	2	6	6	6
2019	17	11	6	-	-	1	5	7	4
2020	21	11	10	-	1	3	6	5	6
2021	20	14	6	-	1	2	3	10	4
2022	35	23	12	-	4	2	8	13	8
2023	38	21	17	-	1	5	12	12	8
Tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação¹									
Ano	Cegueira	Baixa Visão	Defic. física	Defic. intelectual	Defic. auditiva	Defic. múltipla	Autismo	TDI	
2015	-	2	5	13	1	1	-	-	
2016	-	3	6	11	1	1	4	-	
2017	1	4	4	16	-	-	3	1	
2018	1	3	4	11	-	-	3	1	
2019	1	3	3	12	-	2	1	-	
2020	1	1	3	14	-	2	7	-	
2021	1	1	1	14	-	-	5	-	
2022	1	3	2	22	2	2	14	-	
2023	-	4	3	22	2	2	17	-	

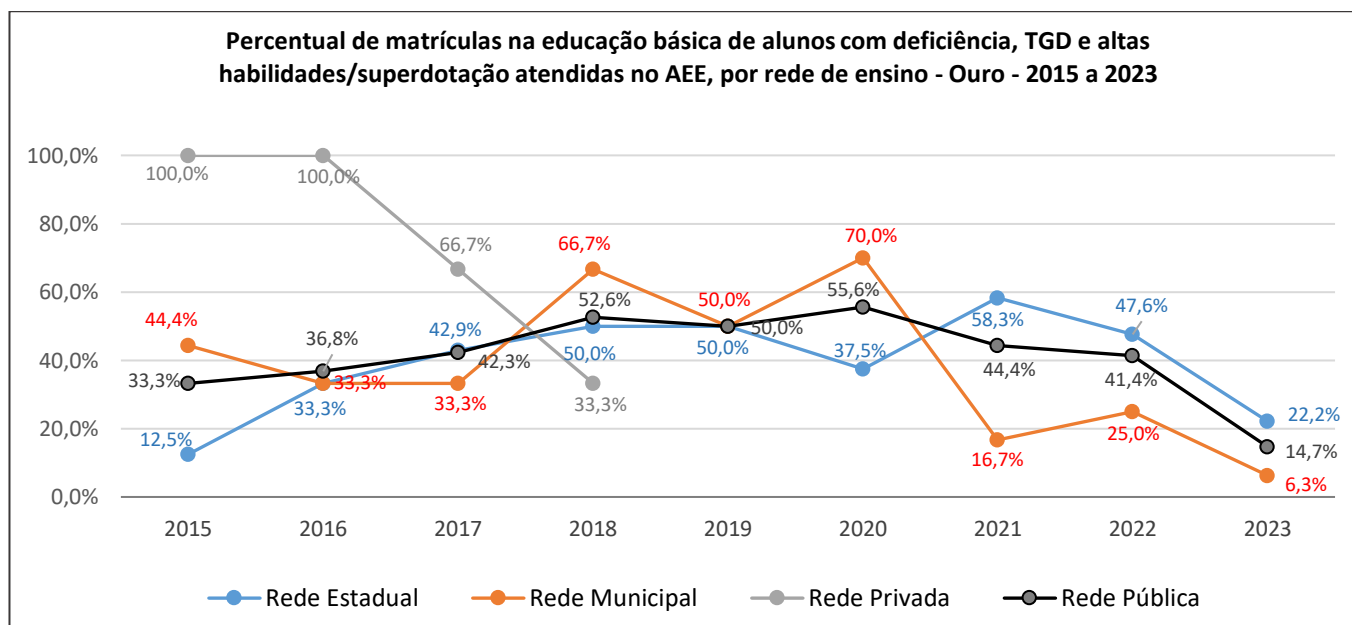
Fonte: INEP – Educacenso - Nota: 1 - O mesmo aluno pode ter mais de um tipo de deficiência ou transtorno global do desenvolvimento.

A Rede Municipal não possui uma Sala de AEE, mas garante o atendimento aos alunos com deficiência por meio de transporte escolar e fornecimento dos materiais necessários. Além disso, esses

alunos recebem acompanhamento nas escolas de origem com a presença de professores auxiliares nas classes comuns e apoio de profissionais da equipe multiprofissional da Secretaria de Educação, como psicólogo educacional, psicopedagogo e assistente social. Quando necessário, são realizados encaminhamentos para especialistas externos, como pediatras, psicólogos clínicos, neurologistas e outros, por meio de parcerias com as Secretarias de Saúde e Assistência Social, além de convênios com o CAESP/APAE e a AMA. Como resultado, o atendimento especializado no AEE no contraturno escolar é limitado, com apenas 14,7% dos alunos da Educação Especial sendo atendidos dessa forma, conforme mostrado na tabela abaixo.

Rede de Ensino	Matrículas da Educação Especial na classe comum	Público-alvo do AEE nas redes	Alunos atendidos no AEE	Percentual atendido
Municipal	17	16	1	6,3%
Estadual	21	18	4	22,2%
Pública (total)	38	34	5	14,7%

Mesmo que a Rede Municipal de Ensino considere que toda demanda de 4 a 17 anos de idade com deficiência esteja frequentando a escola – **Indicador 4A** - é fundamental que esta disponha de um centro de atendimento e referência para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que está atualmente em processo de planejamento e instalação na Escola Municipal Felisberto Vilarino Dutra. Esse centro será essencial para ampliar o atendimento a todos os alunos que necessitam de cuidados e atenção especializada, com o objetivo de aumentar significativamente o percentual de alunos com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação atendidos no AEE, como meio de melhorar o **Indicador 4C**. Em 2023, esse índice foi de apenas 6,3% na Rede Municipal, 22,2% na Rede Estadual e 14,7% na Rede Pública, conforme diagrama abaixo. Vale ressaltar que, atualmente, a Rede Municipal conta com um profissional com formação em Educação Especial, que realiza atendimentos itinerantes nas escolas. Além disso, a Secretaria de Educação está providenciando a abertura de vagas para concurso público nessa área, a fim de fortalecer ainda mais o atendimento especializado.



Fonte: Painel de Monitoramento do PNE – InepData

QUADRO DO INDICADORES 4A, 4B e 4C

INDICADOR 4A	Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	SIM
Meta executada no período (Pnad/IBGE - 2010)	86,4% (2010)	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI		
Meta executada no período (SME – NT nº 06/2024/PME)	-	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%		
INDICADOR 4B	Percentual de matrículas em classes comuns da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100%	SIM
Meta executada no período (Painel de Monit. do PNE-InepData)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%		
INDICADOR 4C	Percentual de matrículas em classes comuns da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação que recebem Atendimento Educacional Especializado (AEE)										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										100%	NÃO
Meta executada no período (Painel de Monit. do PNE-InepData)	33,3%	36,8%	42,3%	52,6%	50,0%	55,6%	44,4%	41,4%	14,7%		
Meta executada no período (dado extraoficial – SME)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		

Fonte: Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica / Obs: SI – Sem Informação

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 4:

META 04 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
4.1 Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.	2015-2025	Ação: 2017; 2018; 2013	Realizada	Sim
	Observações: - O atendimento educacional especializado é promovido nas unidades escolares das redes de ensino, por meio de Profissionais Auxiliares na Classe Comum, bem como com profissionais de outras áreas especializadas e, ainda por meio de convênio com instituições que oferecem tais serviços (CAESP, AMA, Clínica Especializada...); - Não há exclusão de alunos em razão de deficiências.			
4.2 Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as matrículas dos(as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Por meio do Censo da Educação Básica anual (Educacenso).			
4.3 Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	2015-2025	Ação: 1005; 2017; 2018	Realizada	Sim
	Observações: - Há oferta deste atendimento, de acordo com a demanda.			
4.4 Implantar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas e do campo.	2015-2025	Ação: 2013; 2017; 2018	Em desenvolvimento	Parcialmente
	Observações: - Há oferta de formação continuada na área da inclusão; - Disponibilização de profissionais na equipe multiprofissional da SME, bem como espaço e materiais para atendimento; - A Secretaria de Educação criou a Sala de AEE na Rede Municipal de Ensino, por meio do Decreto nº 1.089/2024.			
4.5 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno.	2015-2025	Ação: 2013; 2017; 2018	Em desenvolvimento	Sim
	Observações: - A Secretaria de Educação criou a Sala de AEE na Rede Municipal de Ensino, por meio do Decreto nº 1.089/2024, tendo como projeto a instalação de Sala Central de AEE nas dependências da EM Felisberto Vilarino Dutra; - Há o atendimento e acompanhamento dos alunos que necessitam de atendimento especializado na classe comum, bem como por meio de Profissional de Educação Especial que atua de forma itinerante em todas as unidades escolares de Rede Municipal prestando este acompanhamento e/ou atendimentos.			

META 04 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
4.6 Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos(as) professores da educação básica com os(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	2015-2025	Ação: 2013; 2017; 2018	Não iniciada	Não
	Observações: - Na dependência de apoio técnico e financeiro do estado e união.			
4.7 Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos(as) alunos(as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos(as) alunos(as) com altas habilidades ou superdotação.	2015-2025	Ação: 1002; 1005; 2013; 2017; 2018; 2020	Em desenvolvimento	Sim
	Observações: - Por meio da disponibilidade de ônibus com acessibilidade; - Adequações na acessibilidade das unidades escolares.			
4.8 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos(às) alunos(as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille novas tecnologias de leitura para cegos e surdos-cegos.	2015-2025	Ação: 2013; 2017	Em desenvolvimento	Sim
	Observações: - Atendimento no AEE em convênio com escola estadual do município de Capinzal. - Disponibilidade de material em Braille para aluna deficiente visual total.			
4.9 Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.	2015-2025	Ação: 2013; 2017; 2018	Realizada	Sim
	Observações: - Garantida a oferta da educação inclusive em classes comuns, sendo que o atendimento de AEE é realizada em escola estadual de Capinzal.			
4.10 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Por meio do Projeto Presença bimestral, Sistema APOIA e em parceria com os demais órgãos responsáveis pela proteção da infância e adolescência; - Por meio de reuniões escolares com profissionais e famílias e realizações de encaminhamentos para demais profissionais sempre que necessário.			

META 04 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
4.11 Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos(as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	2015-2025	Ação: 2013; 2017; 2018	Não iniciada	Não
Observações: - Fomentar pesquisas, julgamos não ser de competência da Rede Municipal de Ensino. Apenas são adquiridos equipamentos e materiais para trabalhar com alunos da inclusão.				
4.12 Promover em parceria com instituições de ensino superior o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.	2015-2025	Ação: 2013; 2017; 2018	Não iniciada	Não
Observações: - Não formalizada tal parceria.				
4.13 Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.	2015-2025	Não há tal previsão	Em desenvolvimento	Sim
Observações: - Há parceria com a APAE e AMA.				
4.14 Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos(das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores(as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores(as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues.	2015-2025	Ação: 2013; 2017; 2018	Realizada	Parcialmente
Observações: - A equipe técnica da Secretaria de Educação conta com profissionais especializados em áreas específicas da Educação Especial, como Psicólogo Escolar, Assistente Social e Psicopedagogo; - No concurso público de 2019, não houve o preenchimento da vaga de Fonoaudiólogo. Foi realizado processo seletivo, com a contratação de professor com graduação em Educação Especial; - São ofertadas aulas de apoio pedagógico, bem como disponibilizado professor auxiliar para acompanhar em sala os alunos com laudos.				
4.15 Definir a partir do segundo ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	2017-2025	Não se aplica	Não iniciada	Não
Observações: - Não viabilizado.				
4.16 Obter informação através do Ministério da Educação, nos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos.	2015-2025	Não se aplica	Em desenvolvimento	Sim
Observações: - Por meio de informações locais, junto a Rede de Proteção Social.				

META 04 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
4.17 Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	2015-2025	Não se aplica	Não iniciada	Não
Observações: - Não se aplica ao município.				
4.18 Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino.	2015-2025	Ação: 2013; 2017; 2018	Em desenvolvimento	Parcialmente
Observações: - Por meio de parceria com instituições para a capacitação e formação continuada dos profissionais, na área da inclusão (autismo, TDH e outras).				
4.19 Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.	Anual	Não se aplica	Em desenvolvimento	Sim
Observações: - De atribuição de cada unidade escolar.				
4.20 Implementar políticas de produção e disseminação de materiais pedagógicos adaptados à educação inclusiva para as bibliotecas da educação básica.	2015-2025	Ação: 2013; 2017; 2018	Não iniciada	Não
Observações: - Não houve aquisição destes materiais para as bibliotecas.				
4.21 Ampliar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar à escolarização de estudantes da educação especial, matriculados na rede pública de ensino, a oferta da educação bilíngue, libras/língua portuguesa em contextos educacionais inclusivos e garantia da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, informações, nos materiais didáticos e nos transportes.	2015-2025	Ação: 2013; 2017; 2018	Em desenvolvimento	Sim
Observações: - Por meio da disponibilidade de ônibus com acessibilidade. - Adequações na acessibilidade das unidades escolares. - Atendimento no AEE em convênio com escola estadual do município de Capinzal. - Disponibilidade de material em Braille para aluna deficiente visual total.				
4.22 Implementar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas.	2015-2025	Ação: 2013; 2017; 2018	Em desenvolvimento	Parcialmente
Observações: - Por meio de parceria com instituições para a capacitação e formação continuada dos profissionais, na área da inclusão (autismo, TDH e outras). - Não houve investimento em recursos de tecnologia assistiva.				

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

3.5 META DA ALFABETIZAÇÃO INFANTIL

Meta 5 - Alfabetizar todas as crianças até no máximo, oito anos de idade, ou seja, até o final do 3º ano de ensino fundamental.

Mesmo com base nos dados mais antigos obtidos por meio das avaliações da Prova ANA de 2014 e 2016, é possível afirmar que o processo de alfabetização no município foi bastante eficaz. Os percentuais de alunos do 3º Ano do Ensino Fundamental nos níveis mais baixos de proficiência em leitura, escrita e, especialmente, em matemática, foram reduzidos, conforme evidenciado nos Quadro 08 e nos Indicadores 5A, 5B, 5C e 5D do antigo Painel do PNE em Movimento, apresentados a seguir.

Quadro 08 - Resultados da Proficiência na Prova SAEB/ANA – Ouro 2014 e 2016

Aspecto	Ano	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5 (só para escrita)
Leitura	2014	3,65%	27,72%	47,00%	21,63%	
	2016	6,76%	23,82%	44,36%	25,06%	
Escrita	2014	2,43%	2,43%	2,44%	57,84%	34,86%
	2016	0,0%	9,73%	4,13%	65,74%	20,41%
Matemática	2014	5,09%	29,13%	24,06%	41,71%	
	2016	3,80%	21,62%	20,04%	54,54%	

Fonte: Saeb/ANA-Inep

QUADRO DO INDICADOR 5A, 5B e 5C

INDICADOR 5A	Estudantes com proficiência insuficiente em Leitura (nível 1 da escala de proficiência)										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										0,0%	NÃO
Meta executada no período (dado oficial PNE Mov.)–Prova ANA	3,7% ANA/14	6,76%		-		-		-			
INDICADOR 5B	Estudantes com proficiência insuficiente em Escrita (níveis 1, 2 e 3 da escala de proficiência)										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										0,0%	NÃO
Meta executada no período (dado oficial PNE Mov.)–Prova ANA	7,3% ANA/14	13,86%		-		-		-			
INDICADOR 5C	Estudantes com proficiência insuficiente em Matemática (níveis 1 e 2 da escala de proficiência)										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										0,0%	NÃO
Meta executada no período (dado oficial PNE Mov.)–Prova ANA	34,2% ANA/14	25,42%		-		-		-			

A Rede Municipal sempre teve especial atenção para com esta etapa de escolarização, investindo continuamente na qualificação e formação dos profissionais que atuam no Ciclo de Alfabetização, tendo participado efetivamente da Formação do PNAIC (o qual não teve continuidade a partir de 2018), bem como do Programa da Fundação SICREDI “União faz a vida”, com o intuito de garantir que toda criança possa ser efetivamente alfabetizada até os 8 anos de idade.

Após um longo período sem avaliações e a reestruturação do Ciclo de Alfabetização, que passou do 3º para o 2º Ano do Ensino Fundamental, foi aplicada, em 2023, a Prova Alfabetiza Brasil, conduzida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em parceria com os estados e municípios brasileiros. O objetivo da pesquisa foi identificar o ponto de corte que define a alfabetização de uma criança ao final do 2º ano do Ensino Fundamental. Para isso, o padrão nacional de desempenho foi estabelecido em 743 pontos na escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Cabe destacar que, nessa avaliação, o município de Ouro alcançou o percentual de 72,6% de crianças plenamente alfabetizadas no 2º Ano do Ensino Fundamental, da meta prevista em $\geq 80,0\%$ para ser alcançada até 2030. Esse desempenho posicionou o município no Nível 4 da escala, que vai até o Nível 5, conforme tabela a seguir que mostra tais informações e as metas anuais a serem alcançadas.

Percentual de alunos alfabetizados no 2º Ano do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino de Ouro na Prova Alfabetiza Brasil 2023

Alunos alfabetizados 2º Ano	Metas							Percentual de participação	Nível alcançado (1 a 5)
	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030		
72,6%	73,74%	74,86%	75,96%	77,02%	78,05%	79,04%	80,00%	85,2%	4

Fonte: SAEB – Prova Alfabetiza Brasil

De acordo com a ficha técnica da Meta 5, disponível na Plataforma do novo Painel de Monitoramento do PNE, o acompanhamento dessa meta foi realizado nos relatórios de 2018 e 2020 com base nos resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), aplicada às crianças regularmente matriculadas no 3º ano do Ensino Fundamental, com edições em 2014 e 2016 (extinta em 2017). A partir de 2022, o monitoramento passou a utilizar dois indicadores adaptados da avaliação do Saeb, direcionados ao 2º ano do Ensino Fundamental, passando a se configurar como o novo Ciclo de Alfabetização. Essas avaliações, aplicadas inicialmente de forma amostral em 2019 e 2021, focam na avaliação dos níveis de alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática. Tal avaliação será realizada anualmente em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e os municípios.

QUADRO DO INDICADOR DA PROVA ALFABETIZA BRASIL – 2º Ano do Ensino Fundamental

INDICADOR 5A	Níveis de alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática								
Ano	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista no PNE	-	73,74%	74,86%	75,96%	77,02%	78,05%	79,04%	80,00%	NÃO
Meta executada no período (Fonte: SAEB/INEP)	72,6%								

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 5

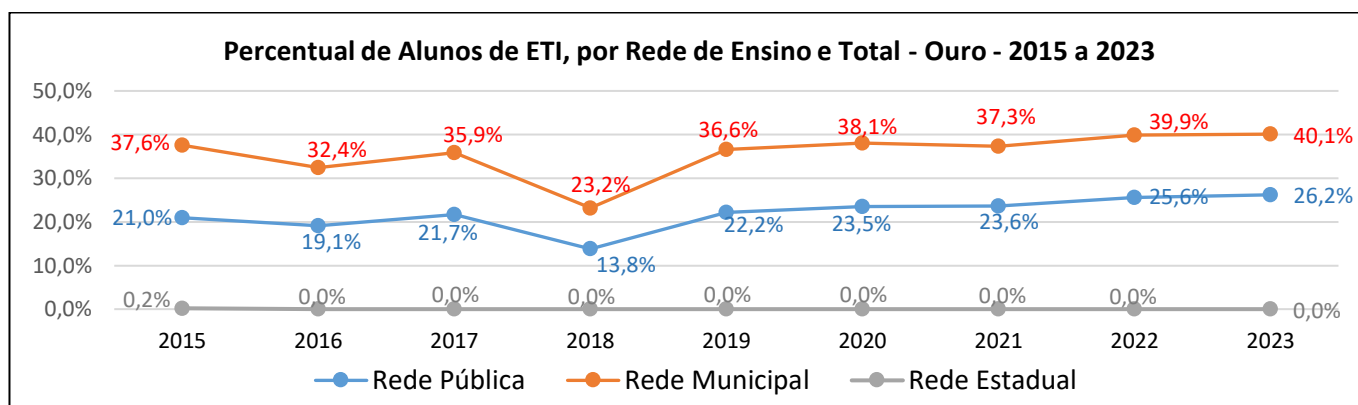
META 05 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
5.1 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na educação infantil, com qualificação e valorização dos(as) professores(as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.	2015-2025	Ação: 2013; 2017; 2018	Em desenvolvimento	Sim
	Observações: - Por meio da formação continuada dos professores e parceria com a Fundação SICREDI até um certo período; - Concluído em 2019/2020 os estudos das diretrizes curriculares municipais a partir da BNCC; - Em 2023 a Secretaria de Educação fez adesão ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), com formação docente da Pré-escola até o 5º Ano do Ensino Fundamental, bem como material para professores e alunos.			
5.2 Instituir instrumentos de avaliação específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental.	2015-2025	Ação: 2013	Em desenvolvimento	Sim
	Observações: - Aplicação de avaliações de proficiência no início do ano letivo visando identificar as dificuldades de aprendizagens de cada aluno e ao final do ano letivo para visualizar se as dificuldades foram sanadas, bem como no decorrer do ano letivo foram realizadas intervenções individuais para monitorar a alfabetização dos alunos; - Em 2023 a Rede Municipal de Ensino participou da avaliação externa do SAEB Alfabetiza Brasil em que o município alcançou o percentual de 72,6% de crianças plenamente alfabetizadas no 2º Ano.			
5.3 Implementar salas com tecnologias educacionais adequadas e atualizadas com professores capacitados para trabalhar com as práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e a aprendizagem, promovendo e estimulando a formação inicial e continuada de professores(as) para a alfabetização.	2015-2025	Ação: 2013	Em desenvolvimento	Em parte
	Observações: - Foram instalados projetor multimídia nas salas de aula da Escola Municipal Felisberto Vilarino Dutra, com recursos da APP; - Há necessidade de maiores investimentos em tecnologias; - A Rede Municipal oferece anualmente formação continuada para os professores alfabetizadores e aderiu ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA).			
5.4 Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.	Anual	Ação: 2013	Em desenvolvimento	Sim
	Observações: - Realizada na prática diária do processo, com apoio da equipe multiprofissional e outras parcerias; - Não há demanda para a educação bilíngue na Rede Municipal de Ensino.			

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

3.6 META DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Meta 6 – Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da Educação Básica.

O atendimento da educação em tempo integral (ETI) nas escolas públicas do município alcançou a partir de 2022 a meta estabelecida para **Indicador 6A**, ultrapassando a barreira dos 25% pela primeira vez com 25,6% em 2022 e 26,2% em 2023. A Rede Municipal por sua vez, sempre esteve acima desta meta, exceto para o ano de 2018, alcançando seu melhor desempenho em 2023 com 40,1%, conforme gráfico abaixo. Contudo, esta modalidade de atendimento tem sido exclusiva para a Educação Infantil, necessitando que avance para as demais etapas da educação básica da rede pública, conforme se observa no Quadro 09, na sequência e no Quadro do Indicador 6A na sequência.



Quadro 09 - Número de matrículas em Tempo Integral na Rede Pública de Ouro – Ensino Regular, por Etapa de Ensino – 2015 a 2023

Ano	Matrícula em tempo integral por Etapa de Ensino					
	Creche	Pré-escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Total
2015	140	113	-	1	-	254
2016	113	107	-	-	-	220
2017	118	118	-	-	-	236
2018	112	42	-	-	-	154
2019	163	92	-	-	-	255
2020	176	84	-	-	-	260
2021	182	93	-	-	-	275
2022	168	117	1	2	-	288
2023	211	90	-	-	-	301

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica

O principal fator limitante para a oferta de educação em tempo integral está diretamente relacionado à necessidade de expansão da infraestrutura física escolar na área urbana. Em 2019, a ampliação dos espaços do CMEI Pedacinho do Céu e as adequações realizadas nas demais unidades escolares da Rede Municipal permitiram o aumento de matrículas em tempo integral nos anos seguintes. Em 2023 e 2024, foram feitas melhorias significativas na Escola Municipal Felisberto Vilarino Dutra, onde foi instalada uma turma multisseriada dos Anos Iniciais do fomento relativo ao Programa Escola em Tempo Integral (ETI). Este programa, financiado em parceria com o governo federal e iniciado em 2024,

visa atender crianças em situação de maior vulnerabilidade social. A adesão ao ETI foi confirmada também para 2024, viabilizando novas matrículas para o ano letivo de 2025.

QUADRO DO INDICADOR 6A

INDICADOR 6A		Percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público-alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral										
Ano		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista											25%	SIM
Meta executada no período (dado oficial–Painel PNE InepData)		21,0%	19,1%	21,7%	13,8%	22,2%	23,5%	23,6%	25,6%	26,2%		
Meta executada no período (Painel PNE InepData)	Rede Mun.	37,6%	32,4%	35,9%	23,2%	36,6%	38,1%	37,3%	39,9%	40,1%		SIM
	Rede Est.	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		NÃO

Entre as 7 (sete) unidades escolares das redes públicas que atuam no município, apenas 2 (duas) unidades de Educação Infantil ofereceram educação em tempo integral até o ano de 2023, sendo assim, o **Indicador 6B** ficou em **28,6%** dos 50% pretendidos até 2024 para a Rede Pública. Se consideramos apenas as escolas da Rede Municipal, este percentual sobe para **40%**, conforme Quadro do Indicador 6B a seguir. Atenta-se ao fato de que a Rede Estadual de ensino, a qual atende toda demanda dos Anos Finais e do Ensino Médio público, não há oferta de matrículas em tempo integral o que prejudica os indicadores do município neste Meta.

QUADRO DO INDICADOR 6B

INDICADOR 6B		Percentual de escolas públicas da educação Básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público-alvo da ETI em jornada em tempo integral										
Ano		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista											50%	NÃO p/ Rede Pública e Rede Municipal
Meta executada no período pela Rede Pública (Painel de Monit. do PNE-InepData)		22,2%	22,2%	25,0%	25,0%	28,6%	28,6%	28,6%	28,6%	28,6%		
Meta executada no período pela Rede Municipal (Painel de Monit. do PNE-InepData)		28,6%	28,6%	33,3%	33,3%	40,0%	40,0%	40,0%	40,0%	40,0%		

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 6

META 06 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
6.1 Atender a educação em tempo integral de 0 a 4 anos contemplando espaço físico adequado e de qualidade.	2015-2025	Ação: 1005, 2010, 2011, 2017, 2018 e 2019	Em desenvolvimento	Parcialmente
Observações: - A partir de 2019 o atendimento de crianças até 5 anos e 11 meses está sendo em tempo integral, na medida em que pais ou responsável optem por esta modalidade de atendimento.				
6.2 Instituir, em regime de colaboração com Estado e União programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral.	2015-2025	Ação: 1002; 1005	Em desenvolvimento	Parcialmente
Observações: - Inserida ação de mobiliário no PAR; - Em 2019 foi recebido recursos de emenda parlamentar estadual para aquisição de mobiliário escolar destinado à Educação Infantil.				
6.3 Em regime de colaboração com a União e o Estado, inserir nos programas nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas.	2015-2025	Ação: 1002; 1005	Em desenvolvimento	Sim
Observações: - Não há disponibilidade de terreno com dimensões exigidas no PAR/INEP, segundo padrões do MEC; - Ampliação da EM Felisberto Vilarino Dutra com a construção de 5 novas salas de aulas e pátio coberto. - Aplicação de toldo para cobertura de áreas de áreas comuns nas escolas e CMEIs.				
6.4 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.	Até 2025	Ação: 2013; 2017; 2018; 2023	Em desenvolvimento	Sim
Observações: - Foi reestruturado todo o funcionamento da Educação Infantil em CMEIs, com atendimento em período integral a partir de 2019, com a liberdade dos pais ou responsável em optar por esta modalidade de atendimento; - O município disponibiliza oficinas de esporte e cultura no contra turno escolar, contudo tal atendimento integrado não se enquadra como de tempo integral da forma como está sendo oferecido; - Em 2023/2024 a Secretaria de Educação fez adesão ao Programa Escola em tempo Integral do governo federal, atendendo 30 matrículas em tempo integral nos Anos Iniciais na EM Felisberto Vilarino Dutra.				

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

3.7 META DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Meta 7 – Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias no IDEB:

IDEB	2013	2015	2017	2019	2021	2023
Anos iniciais do ensino fundamental	5,7	6,0	6,2	6,5	6,7	7,0
Anos finais do ensino fundamental	4,8	5,2	5,4	5,7	5,9	6,0
Ensino médio (para o Brasil)	4,0	4,2	4,4	4,9	5,1	5,4

Considerando que a Meta da Qualidade da Educação Básica está referenciada nas avaliações externas da Prova do SAEB/INEP, parametrizadas nos **Indicadores 7A, 7B e 7C**, o IDEB de 2021 e 2023 apresentaram os seguintes resultados:

- Nos Anos Iniciais, sob responsabilidade da Rede Municipal de Ensino, as metas projetadas para o Ideb vinham sendo alcançadas em todas as edições. No entanto, em 2021, em decorrência da pandemia e seus desdobramentos, o resultado de 6,3 ficou 0,4 pontos abaixo da meta pretendida de 6,7 para o Indicador 7A. Ressalta-se que a taxa de aprovação nos Anos Iniciais, de 90%, bem abaixo da média, contribuiu para a redução desse indicador. Na avaliação de 2023, como uma das escolas não foi avaliada, o resultado não foi divulgado, por não abranger mais de 80% dos alunos.

ANO	Aprendizado X Fluxo = IDEB
2023	ND
2021	$6,95 \times 0,90 = 6,3$
2019	$7,32 \times 0,97 = 7,1$
2017	$7,12 \times 0,99 = 7,1$

Fonte: Ideb/INEP – Obs: ND - Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados

- Nos Anos Finais, sob responsabilidade da Rede Estadual de Ensino, o Ideb de 2021 não foi publicado devido ao número insuficiente de alunos participantes na avaliação. Em 2023, o Ideb alcançou 5,1, ficando 0,9 pontos abaixo da meta prevista no PME.

ANO	Aprendizado X Fluxo = IDEB
2023	$5,74 \times 0,88 = 5,1$
2021	ND
2019	$5,16 \times 0,89 = 4,6$
2017	$5,58 \times 0,94 = 5,3$

Fonte: Ideb/INEP – Obs: ND - Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados

- No Ensino Médio, o Ideb de 3,9 ficou 0,8 décimos abaixo da meta projetada em 4,7 para 2021 – Indicador 7C, inferior aos resultados obtidos nas edições anteriores, o que ratifica os efeitos da pandemia sobre os resultados da aprendizagem e do fluxo escolar. Em 2023 o Ideb alcançou 5,1, ficando 0,3 pontos abaixo da meta prevista no PME.

ANO	Aprendizado X Fluxo = IDEB
2023	$5,74 \times 0,88 = 5,1$
2021	$4,69 \times 0,83 = 3,9$
2019	$5,07 \times 0,87 = 4,4$
2017	$4,92 \times 0,86 = 4,2$

Fonte: Ideb/INEP

Quadro 10 - Resultados e Metas projetadas para o IDEB das Redes Municipal e Estadual de Ensino – Ouro 2013 a 2023

Etapa	Ideb Observado						Metas Projetadas					
	2013	2015	2017	2019	2021	2023	2013	2015	2017	2019	2021	2023
Anos Iniciais (RM)	6.8	6.6	7.1	7.1	6.3	ND	5.7	6.0	6.2	6.5	6.7	7.0
Anos Finais (RE)	4.6	5.1	5.3	4.6	ND	5.1	4.8	5.2	5.4	5.7	5.9	6.0
Ensino Médio (RE)	-	-	4.2	4.4	3.9	4.4	-	-	-	4.5	4.7	SI

Fonte: INEP – Obs: ND - Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados; SI – Sem informação.

Outro aspecto relevante na mensuração da qualidade educacional, apresentado no Quadro 11, é o alcance das metas de proficiência nos níveis **suficiente** (70% nos níveis básico, proficiente e avançado) e **desejável** (50% nos níveis proficiente e avançado) até o quinto ano de vigência do Plano Decenal, em conformidade com a Estratégia 7.2 do Plano Municipal de Educação. Os resultados aferidos pelo SAEB em 2019 e 2021 foram os seguintes:

- Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Rede Municipal:** Nos dois ciclos do SAEB, os níveis de proficiência **suficiente** e **desejável** foram alcançados e superados com margem confortável, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática.
- Anos Finais do Ensino Fundamental - Rede Estadual:** O nível **suficiente** foi atingido em ambas as avaliações e disciplinas, porém, o nível **desejável** não foi alcançado.
- Ensino Médio - Rede Estadual:** Em 2019, o nível **suficiente** foi alcançado apenas em Língua Portuguesa, enquanto o nível **desejável** não foi atingido em nenhuma disciplina ou avaliação.
- Os resultados evidenciam que, além da redução previsível no desempenho conforme a complexidade aumenta nas etapas de ensino, a disciplina de Matemática apresentou menores percentuais de proficiência educacional em comparação com Língua Portuguesa em todas as etapas. Esse quadro indica uma fragilidade no ensino de Matemática, ressaltando a oportunidade de implementar melhorias com base nos indicadores, buscando estratégias para reverter essa tendência.

Quadro 11 – Proficiência Educacional na Educação Básica Pública de Ouro - IDEB de 2019 e 2021

Período	Nível de aprendizado	Anos Iniciais (RM)				Anos Finais (RE)				Ensino Médio (RE)			
		Português		Matemática		Português		Matemática		Português		Matemática	
		2019	2021	2019	2021	2019	2021	2017	2021	2019	2021	2019	2021
5º Ano de vigência Estratégia 7.2 PME	Suficiente em 70% (básico, profic. e avançado)	100%	100%	96%	90%	87%	92%	70%	82%	81%	68%	64%	64%
	Desejável em 50% (proficiente e avançado)	84%	80%	69%	71%	33%	46%	15%	31%	42%	44%	12%	10%

Fonte: QEDu/Inep - Obs: Para o último ano do PNE/PME a meta de aprendizado é – 100% Suficiente e 80% Desejável

QUADRO DOS INDICADORES 7A, 7B e 7C

INDICADOR 7A		Média do Ideb nos anos iniciais do ensino fundamental (Rede Municipal)										
Ano		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista		6,0		6,2		6,5		6,7		7,0		NÃO para 2021
Meta executada no período (dado oficial - INEP)		6,6		7,1		7,1		6,3		ND		
INDICADOR 7B		Média do Ideb nos anos finais do ensino fundamental (Rede Estadual)										
Ano		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista		5,2		5,4		5,7		5,9		6,0		NÃO
Meta executada no período (dado oficial - INEP)		5,1		5,3		4,6		ND		5,1		
INDICADOR 7C		Média do Ideb do ensino médio (Rede Estadual)										
Ano		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista	Meta PME	4,2		4,4		4,9		5,1		5,4		NÃO
	Rede Est. Ouro	-		-		4,5		4,7		SI		
Meta executada no período (dado oficial - INEP)		-		4,2		4,4		3,9		4,4		

Obs: SI – Sem Informação; ND - Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 7

META 07 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
7.1 Cumprir diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local.	2020	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Planejamento construído com a participação ativa de todos os profissionais, por meio de estudos da BNCC e construção coletiva das diretrizes curriculares municipais.			
7.2 Assegurar que pelo menos 70% (setenta por cento) dos(as) alunos(as) do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo.	Até 2020	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Os resultados da proficiência na Prova do Saeb de 2019 e 2021 confirmam que o nível de aprendizagem suficiente, superior a 70%, foi atingido nos Anos Iniciais e Anos Finais em Português e Matemática. No Ensino Médio este resultado foi alcançado apenas em Português em 2019.			
7.3 Implementar processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos(as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática, sendo a mesma exercida por profissional formado em curso de pedagogia.	Até 2025	Não se aplica	Em desenvolvimento	Em parte
	Observações: - Há necessidade de se fazer um estudo mais aprofundado em relação ao processo de avaliação do ensino fundamental; - Avaliação Institucional/Planejamento Estratégico; - Nas escolas que atendem o público dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental são realizadas avaliações elaboradas pela equipe pedagógica da rede municipal, as quais expõem os conteúdos que necessitam ser retomados em cada turma/ano pelos professores, bem para avaliar alunos que entram na Rede Municipal.			
7.4 Orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, procurando reduzir a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem.	2015-2025	Não se aplica	Em desenvolvimento	Parcialmente
	Observações: - Nos Anos Iniciais, a Rede Municipal de Ensino vem conseguindo corresponder com as metas projetadas para o IDEB até o SAEB de 2019, em 2021 ficou um pouco abaixo e a avaliação de 2023 não foi divulgada para o município, em razão do número de alunos que fizeram a prova não ter sido suficiente (80%); - Em relação a Rede Estadual de Ensino, os resultados do IDEB não estão sendo obtidos nas avaliações de 2015 a 2021.			
7.5 Garantir transporte gratuito para todos(as) os(as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO., e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.	2015-2025	Ação: 1003; 2014; 2019; 2020	Realizada	Sim
	Observações: - Todos os alunos da educação básica são beneficiados com o transporte escolar gratuito e em plenas condições de segurança, inclusive os alunos de 0 a 3 anos na área urbana.			

META 07 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
7.6 Incentivar políticas de combate à violência na escola inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas a capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.	2015-2025	Não se aplica	Em desenvolvimento	Parcialmente
	Observações: - É realizado trabalho nesse sentido por meio da Rede de proteção Social. - Há trabalho específico junto à rede municipal, por psicólogo educacional, psicopedagogo e assistente social escolar. - Há oferta anual do Programa PROERD; - Há oferta de palestras para os alunos sobre Bullying e suas consequências.			
7.7 Mobilizar as famílias e setores sociais, articulando a educação formal com experiência de educação popular e cidadã, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social, sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.	2015-2025	Não se aplica	Em desenvolvimento	Sim
	Observações: - Por meio dos encontros da Família na Escola, reuniões de pais, palestras, feiras e mostras culturais e demais ações.			
7.8 Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos(às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.	2015-2025	Não se aplica	Em desenvolvimento	Sim
	Observações: - Por meio de parceria entre a Secretaria de Educação, de Saúde e Assistência Social, bem como o PSE.			

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

3.8 META DA ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO

Meta 8 – Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar o mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no município e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

Em relação à Meta 8, que visa elevar a escolaridade média da população adulta de 18 a 24/29 anos, destaca-se o compromisso local com a oferta contínua da Educação Básica Regular para a faixa etária de 4 a 17 anos, além do esforço em recuperar os estudos e elevar os níveis de formação daqueles que não puderam concluir a educação básica no tempo adequado. Esse resgate é viabilizado pela oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA), em parceria com a Rede Estadual, disponível no município vizinho de Capinzal, tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio.

Além disso, o município oferece auxílio financeiro para o transporte de estudantes do Ensino Profissionalizante de Nível Médio e Superior na região, promovendo um incentivo adicional para a ampliação da escolaridade média entre a população adulta.

Em relação aos **Indicadores 8A, 8B, 8C e 8D**, não há dados recentes e específicos que permitam avaliar a escolaridade média da população na faixa etária mencionada, nem informações sobre grupos específicos, como a população rural, de baixa renda e negra. Ainda que esses dados locais estejam ausentes, é possível estimar, com base nas estatísticas do Brasil e de Santa Catarina, que a situação de Ouro esteja próxima da média estadual, indicando que, até 2023, os indicadores ainda não foram plenamente atingidos em sua maioria.

Quadro 12 - Escolaridade Média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos em Santa Catarina e no Brasil – 2015 a 2019/2022 e 2023

Indicador por grupo		Anos de Estudo Indicadores 8A, 8B, 8C e 8D						
		2015	2016	2017	2018	2019	2022	2023
8A – População geral	Santa Catarina	11,6	11,6	11,8	11,9	12,0	11,9	12,0
	Brasil	11,0	11,1	11,3	11,4	11,5	11,7	11,8
8B – Da área rural	Santa Catarina	10,9	10,9	11,0	11,2	11,5	11,4	11,3
	Brasil	9,2	9,4	9,6	9,7	9,9	10,3	10,4
8C – 25% mais pobres	Santa Catarina	-	9,4	9,9	9,8	9,9	10,2	-
	Brasil	-	9,3	9,6	9,7	9,9	10,3	-
8D – Razão entre negros e não negros (%)	Santa Catarina	87,6%	87,7%	87,9%	89,8%	86,9%	90,1%	92,1%
	Brasil	88,1%	88,3%	89,3%	89,7%	89,8%	91,4%	91,6%

Fonte: Dired/Inep com base em dados da Pnad Contínua (2015-2023)

QUADRO DO INDICADOR 8A, 8B, 8C e 8D

INDICADOR 8A	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade.										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR?
Meta prevista										≥ 12 anos	SI
Meta executada no período (dado oficial – Painel PNE InepData)	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI		
Meta executada no período (dado extraoficial – SME)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
INDICADOR 8B	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade residente na área rural - Indicador não previsto no PME.										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR?
Meta prevista										≥ 12 anos	SI
Meta executada no período (dado oficial – Painel PNE InepData)	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI		
Meta executada no período (dado extraoficial – SME)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
INDICADOR 8C	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita) - Indicador não previsto no PME.										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR?
Meta prevista										≥ 12 anos	SI
Meta executada no período (dado oficial – Painel PNE InepData)	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI		
Meta executada no período (dado extraoficial – SME)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
INDICADOR 8D	Razão entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos - Indicador não previsto no PME.										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR?
Meta prevista										100%	SI
Meta executada no período (dado oficial – Painel PNE InepData)	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI		
Meta executada no período (dado extraoficial – SME)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		

Obs: SI – Sem Informação

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 8

META 08 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
8.1 Contribuir com programas de educação de jovens e adultos em parcerias com a rede estadual de educação para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.	2015-2025	Não contemplada	Em desenvolvimento	Sim
	Observações: - Por meio da oferta da EJA em Capinzal, no nivelamento, Anos Finais e Ensino Médio.			
8.2 Participar da criação de um núcleo de apoio, em parceria com órgãos governamentais, a fim de estruturar uma equipe multiprofissional para atendimento nas escolas públicas aos alunos com dificuldades de aprendizagem.	2015-2025	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Foi institucionalizado na Comarca de Capinzal, um núcleo denominado “Rede de Apoio”, por meio do qual, há tratativas intersetorial e multiprofissional que abordam e intervêm em favor de alunos que possam estar apresentando dificuldades de aprendizagens e demais situações relacionadas.			
8.3 Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.	Anual	Não contemplada	Em desenvolvimento	Sim
	Observações: - Por meio da Rede de Proteção Social.			
8.4 Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses(as) estudantes na rede pública regular de ensino.	Anual	Não contemplada	Em desenvolvimento	Sim
	Observações: - Por meio do Projeto Presença bimestral, Sistema APOIA e em parceria com os demais órgãos responsáveis pela proteção da infância e adolescência.			

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

3.9 META DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Meta 9 – Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até o final da vigência deste PME, e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional, até o final da vigência deste plano.

Com base nos dados da Pnad 2010, o município de Ouro apresentava uma taxa de alfabetização de 95,7% entre a população de 15 anos ou mais, um percentual relativamente alto em comparação ao Brasil (92,3% - Pnad 2010) e apenas 0,4 pontos percentuais abaixo da média de Santa Catarina (96,1% - Pnad 2010). Com o novo Censo de 2022, o IBGE revelou que Ouro atingiu uma taxa de 96,6% de alfabetização entre os adultos, representando um crescimento de apenas 0,9 pontos percentuais. Dos 5.876 adultos recenseados, 199 foram identificados como analfabetos, deixando o município a 1,4 pontos percentuais da meta estabelecida no PME, que visa 98,0% de alfabetização até 2024/2025.

O plano municipal não previa a erradicação total do analfabetismo até o final de sua vigência, considerando as dificuldades dessa tarefa, especialmente entre as faixas etárias mais avançadas. Pessoas idosas enfrentam limitações físicas e, frequentemente, pouco interesse em retomar os estudos para se alfabetizar. Essa constatação é reforçada pelo Censo 2022 do IBGE, que revelou que dos 199 analfabetos declarados no município, 184 tinham mais de 65 anos, correspondendo a 92,5% do total.

Em relação ao analfabetismo funcional, que era de 20,5% segundo a Pnad 2010, a meta era reduzi-lo em 50%, alcançando assim um índice de 10,25% até 2025. Comparado ao cenário nacional (29,4% - Pnad 2010) e ao estadual (22,4% - Pnad 2013), o município apresentava uma taxa relativamente baixa. Analisando os resultados de 2010 a 2023, conforme indicado na Pnad e ilustrado no Quadro 13 a seguir, é possível afirmar que o Indicador 9B foi, possivelmente, alcançado.

Quadro 13 – Taxa de Alfabetismo Absoluto e Analfabetismo Funcional da população com 15 anos ou mais de idade, para Santa Catarina e Brasil – 2010/2015 a 2019/2022 e 2023 e Ouro 2010 e 2022

Ano		2010	2015	2016	2017	2018	2019	2022	2023
Alfabetismo Absoluto Indicador 9A	Brasil	90,4%	92,9%	93,3%	93,5%	93,7%	93,9%	94,4%	94,6%
	Santa Catarina	96,1%	97,3%	97,4%	97,6%	97,7%	97,9%	97,8%	98,0%
	Ouro	95,7%	-	-	-	-	-	96,6%	-
Analfabetismo Funcional Indicador 9B	Brasil	29,4%	15,2%	15,6%	14,3%	13,6%	13,1%	12,3%	12,3%
	Santa Catarina	22,4%	9,6%	10,5%	8,5%	8,2%	8,7%	8,5%	8,5%
	Ouro	20,5%	-	-	-	-	-	SI	-

Fonte: Dired/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE; Obs: SI – Sem Informação

O enfrentamento do analfabetismo absoluto e funcional no município envolve desafios complexos, especialmente considerando que o foco principal está nas demandas da educação básica em idade recomendada. Para avançar nessa questão, é essencial aprimorar os mecanismos e ações em regime de colaboração entre os entes federativos. Um exemplo é a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Ensino Fundamental, que atualmente é disponibilizada pela Rede Estadual nas cidades vizinhas de Capinzal e Joaçaba (CEJA), garantindo uma alternativa próxima para os interessados.

QUADRO DOS INDICADORES 9A e 9B

INDICADOR 9A	Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										98,0%	NÃO até 2022
Meta executada no período (PNE em Movimento–Pnad/IBGE 2010)	95,7% 2010	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI		
Meta executada no período (Pnad/IBGE 2022)	-	-	-	-	-	-	-	96,6%	-		
INDICADOR 9B	Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade.										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										10,25%	SI
Meta executada no período (PNE em Movimento–Pnad/IBGE 2010)	20,5% 2010	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI		
Meta executada no período (dado extraoficial – SME)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		

Obs: SI – Sem Informação

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 9

META 09 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
9.1 Assegurar a oferta gratuita em parceria com o estado da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.	2015-2025	Não contemplada	Realizada	Sim
Observações: - Por meio de parceria com o EJA do município de Capinzal.				
9.2 Realizar diagnóstico em parceria com a assistência social, dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos.	2015-2025	Não se aplica	Não iniciada	Não
Observações: - Não realizado o diagnóstico, em razão de haver procura espontânea dos interessados junto ao EJA de Capinzal.				
9.3 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.	2015-2025	Não contemplada	Realizada	Sim
Observações: - Por meio de parceria com o EJA de Capinzal.				
9.5 9.4 Firmar parceria com Universidades e Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, e à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.	2015-2025	Não contemplada	Em desenvolvimento	Sim
Observações: - Por meio de parceria com o EJA de Capinzal, bem como ações desenvolvidas pela Secretaria de Assistências Social, com o Programa UNITI/UNOESC. - Criação do Centro do Idoso, com oferta de oficinas para os idosos; - Inclusão do tema Valorização da Pessoa Idosa no currículo escolar, bem como capacitação dos profissionais para trabalhar o tema no ambiente escolar.				

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

3.10 META DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Meta 10 – Oferecer, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até ao final da vigência do Plano.

Não há oferta local ou regional de Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à Educação Profissional; a única opção disponível é a EJA Regular, oferecida na cidade vizinha de Capinzal e, regionalmente, no CEJA de Joaçaba. A responsabilidade de viabilizar a modalidade de EJA integrada à Educação Profissional recai sobre a Rede Estadual de Ensino e/ou a Rede Privada.

QUADRO DO INDICADOR 10A

INDICADOR 10A	% de matrícula da Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação Profissional										ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO	
	Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023		2024
Meta prevista											SI	Não se aplica ao município
Meta executada no período (dado oficial – PNE em Movimento)	0,0%	-	0,0%	-	-	-	-	-	-			
Meta executada no período (dado oficial – Censo Educação Básica)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%			

Obs: SI – Sem informação

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 10

META 10 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
10.1 Elaborar uma pesquisa para verificar quais cursos correspondem aos anseios profissionais do município por meio de uma comissão multisetorial das mais diversas áreas.	2015-2025	Não contemplada	Não iniciada	Não
Observações: - Apesar de não ter sido viabilizado pesquisa pela SME, o Sistema “S” atende tal demanda.				
10.2 Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora.	2015-2025	Não contemplada	Em desenvolvimento	Sim
Observações: - Por meio de parceria com o EJA de Capinzal e Sistema “S”.				
10.3 Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações.	2015-2025	Ação: 2015	Não iniciada	Não
Observações: - De atribuição da Rede Estadual de Ensino.				
10.4 Fornecer aos jovens e adultos o acesso às novas tecnologias e a formação continuada dos docentes que atuam nos programas.	2015-2025	Não contemplada	Não iniciada	Não
Observações: - De atribuição da Rede Estadual de Ensino.				
10.5 Manter a parceria com os programas nacionais de jovens e adultos e estimular a conclusão dos mesmos e proporcionar uma iniciação profissional.	2015-2025	Não contemplada	Não iniciada	Não
Observações: - Não há parceria em razão de não haver Programas de Iniciação Profissional em andamento.				
10.6 Manter transporte escolar gratuito para os alunos matriculados nos programas de jovens e adultos, desde que a idade esteja de acordo com a legislação, no que diz respeito a série-idade.	2015-2025	Ação: 2014	Em desenvolvimento	Sim
Observações: - A SME oferece/permite acesso a esses alunos no transporte escolar municipal urbano e rural.				

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

3.11 META DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Meta 11 – Incentivar a busca pela educação profissional técnica de nível médio, regionalmente.

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio não está disponível no município, sendo oferecida regionalmente nas cidades de Concórdia, Joaçaba, Luzerna e Água Doce. O município oferece auxílio financeiro para o transporte dos estudantes que buscam essa formação. Além disso, na cidade vizinha de Capinzal, há oferta de cursos profissionalizantes simultâneos ao Ensino Médio Regular, bem como outras opções de qualificação profissional oferecidas pelo SENAI e pela Epagri. Aproximadamente três a quatro dezenas de jovens buscam essa formação no IFC de Luzerna e no CEDUP de Água Doce.

QUADRO DO INDICADOR 11A

INDICADOR 11A	Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio (em âmbito local)										ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO	
	Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023		2024
Meta prevista											-	Não se aplica ao município
Meta executada no período (dado oficial – PNE em Movimento)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Meta executada no período (dado oficial – Censo Educação Básica)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 11

META 11 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
11.1 Trazer profissionais qualificados com conhecimento abrangente para expor sobre sua profissão aos alunos, de maneira a estimular os alunos para a profissionalização.	2015-2025	Não contemplada	Em desenvolvimento	Sim
Observações: - A Rede Estadual de Ensino promove esse tipo de contato, com diversos profissionais, principalmente no Ensino Médio				
11.2 Garantir aos alunos e profissionais da educação a inclusão digital por meio do acesso aos equipamentos digitais.	2015-2025	Não contemplada	Não iniciada	Não
Observações: - De atribuição da Rede Estadual de Ensino.				
11.3 Oferecer tecnologias para as escolas, buscando o aprimoramento e a qualidade do ensino.	2015-2025	Não contemplada	Não iniciada	Não
Observações: - De atribuição da Rede Estadual de Ensino.				
11.4 Proporcionar o atendimento do ensino médio gratuito integrando a formação profissional para as populações das cidades e do campo, de acordo com seus interesses e necessidades.	2015-2025	Ação: 2015	Não iniciada	Não
Observações: - De atribuição da Rede Estadual de Ensino.				

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

3.12 META DO ACESSO E EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Meta 12 – Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 45 anos, assegurando a qualidade da oferta.

A oferta de Ensino Superior, responsabilidade do estado, da União e da iniciativa privada, conta com o apoio histórico do município, que proporciona auxílio financeiro para o transporte, em parceria com a associação de universitários, para as cidades de Joaçaba e Campos Novos. No município de Ouro, o Ensino Superior é oferecido na modalidade EAD por instituições como a UNIGRAN e a UNOPAR, além de também estar disponível na cidade vizinha de Capinzal, que conta com o campus da UNOESC e o Polo EAD da UniCesumar.

No entanto, não há informações recentes sobre as taxas bruta e líquida de escolarização da população de 18 a 24 anos no Ensino Superior, relacionadas aos Indicadores 12A e 12B. Os dados mais recentes disponíveis, da Pnad 2013, indicam que a Taxa Bruta de Matrícula (TBM) era de 26,6% e a Taxa Líquida de Escolarização (TLE) era de 21,9% em Ouro, valores que ainda estão distantes das metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação (PME), que são de 50% e 33%, respectivamente, para o final da vigência do plano.

Considerando os avanços na oferta de cursos e os incentivos à busca por Ensino Superior em nível local, é provável que tenha ocorrido um crescimento satisfatório desses indicadores ao longo do período do plano decenal. Esse crescimento é ainda mais evidente quando se observa a evolução dos dados em âmbito nacional e estadual até 2023. Contudo, é pouco provável que as metas estabelecidas tenham sido plenamente alcançadas.

Indicador	Unidade da federação	Pnad 2012	Pnad 2023
TBM	Brasil	30,0%	40,5%
	Santa Catarina	36,2%	45,5%
	Ouro	26,6% (Pnad 2010)	SI
TLE	Brasil	19,5%	25,9%
	Santa Catarina	27,0%	29,2%
	Ouro	21,9% (Pnad 2010)	SI

Obs: SI – Sem informação

Cabe ressaltar que, enquanto a meta de educação superior no PME abrange a faixa etária da população de 18 a 45 anos, os indicadores oficiais da Taxa Bruta de Matrícula (TBM) e da Taxa Líquida de Escolarização (TLE) são definidos para a faixa etária de 18 a 24 anos.

QUADRO DO INDICADOR 12A

INDICADOR 12A	Taxa bruta de matrícula na graduação (TBM)										ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO	
	Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023		2024
Meta prevista											50%	SI – Sem informação
Meta executada no período (dado oficial – PNE em Movimento)	26,6% PNAD/13	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI		
Meta executada no período (dado oficial – Censo Educação Básica)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		

QUADRO DO INDICADOR 12B

INDICADOR 12B	Taxa líquida de escolarização na graduação (TLE)											
	Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista											33%	SI – Sem informação
Meta executada no período (dado oficial – PNE em Movimento)	21,9% PNAD/13	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI		
Meta executada no período (dado oficial – Censo Educação Básica)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 12

META 12 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
12.1 Incentivar parcerias com as instituições de ensino superior públicas, privadas e comunitárias para oferta de estágios e cursos de aperfeiçoamento.	2015-2025	Ação: 2016	Em desenvolvimento	Sim
	Observações: - Há oferta de estágio tanto remunerado quanto não remunerado aos alunos do ensino superior, junto às Secretarias da Prefeitura.			
12.2 Manter e ampliar parceria com as empresas pública e privada para que o acadêmico realize os seus estágios de acordo com o curso no município.	2015-2025	Ação: 2016	Em desenvolvimento	Sim
	Observações: - Há oferta de estágio tanto remunerado quanto não remunerado aos alunos do ensino superior, junto às Secretarias da Prefeitura, como: Pedagogia, Administração, Psicopedagogia, Psicologia e outros.			
12.3 Manter convênios de transportes de acadêmicos de acordo com as condições orçamentárias do município.	2015-2025	Ação: 2016	Realizada	Sim
	Observações: - Estratégia consolidada no município, por meio da oferta de auxílio financeiro para o transporte, em parceria com a associação de universitários, para as cidades de Joaçaba e Campos Novos.			
12.4 Divulgar as maneiras existentes para o ingresso da população no ensino superior e outros como: ENEM, PROUNI e FIES.	2015-2025	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Por meio das mídias sociais e diretamente aos alunos nas unidades escolares.			

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

3.13 META DA TITULAÇÃO DOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A META 13, DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, NÃO FOI ASSUMIDA NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

3.14 META DA TITULAÇÃO DE MESTRES E DOUSTORES NA PÓS-GRADUAÇÃO

Meta 14 – Incentivar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu de modo a atingir a titulação de mestres e doutores.

Embora o município tenha aderido à Meta 14, relacionada à formação de mestres e doutores no Ensino Superior, a perspectiva local foca principalmente na divulgação da busca por esses graus de titulação, bem como no acesso a essas qualificações dentro dos planos de carreira das redes de ensino.

O mecanismo para incentivar a matrícula em programas de pós-graduação stricto sensu nas Redes Municipal e Estadual de Ensino está vinculado à progressão vertical na carreira de professores e profissionais da educação, conforme previsto nos planos de carreira do magistério. Nesse contexto, a Meta 18 do PME, que trata dos Planos de Carreira, aborda essa questão de forma mais detalhada.

Atualmente, não existem indicadores específicos para o município relacionados a essa meta.

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 14

META 14 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
14.1 Divulgar convênios e programas de financiamento estudantil para acadêmicos.	2015-2025	Não contemplada	Realizada	Sim
	Observações: - Por meio das mídias sociais e da Associação dos Universitários.			
14.2 Acesso automático, para professores efetivos, ao término da graduação com promoção salarial.	2015-2025	Ação: 2013; 2017; 2018	Realizada	Sim
	Observações: - Garantido no Plano de Carreira, por meio da promoção por nova titulação.			
14.3 Buscar parcerias estaduais e federais para formação tecnológica e convênios que promovam a formação gratuita dos profissionais.	2015-2025	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - Não houve oferta por parte das instituições, nem procura por possíveis interessados.			

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

3.15 META DA FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Meta 15 – Garantir, em regime de colaboração entre a União e os Municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam até o final de vigência deste plano.

O indicador desta meta estabelece que 100% dos professores possuam formação específica de nível superior em licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Esse critério pode ser analisado de duas formas com base nos dados educacionais do INEP, a partir do Censo Anual da Educação Básica:

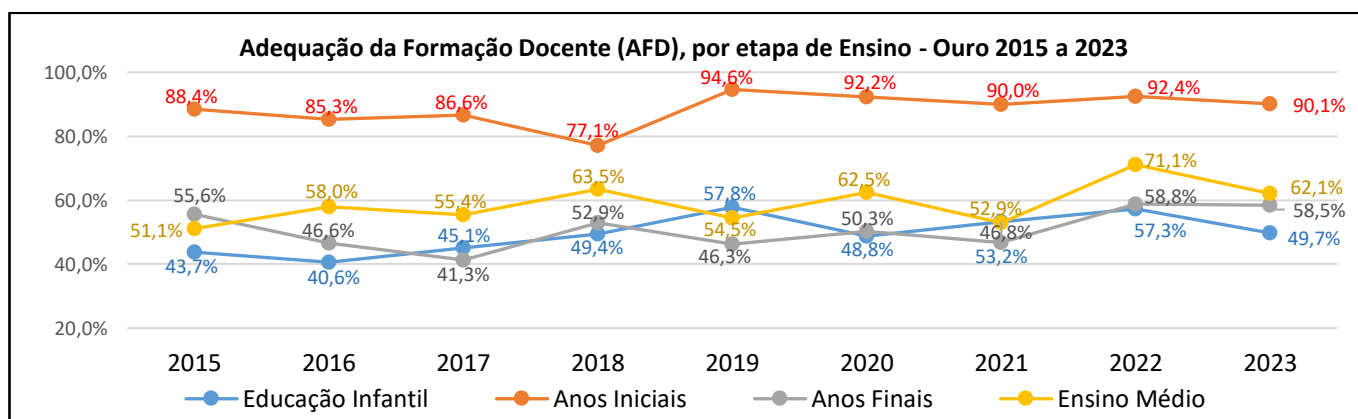
- Em relação à formação superior dos docentes na Educação Básica (**DSU**), conforme o Quadro 14 (abaixo) demonstra, 100% dos professores possuíam nível superior na Educação Infantil e no Ensino Fundamental em 2022. Em 2023, houve uma leve redução desse percentual na Educação Infantil. No Ensino Médio, esse índice foi de 97,0% em ambos os anos. Entre 2015 e 2023, os dados apontam um avanço significativo nesse aspecto;

Quadro 14 – Docentes com Formação de Nível Superior (DSU) por Etapa da Educação Básica - Município de Ouro, 2015 a 2022

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio	Total Educação Básica
	Creche	Pré-escola	Total	Anos Iniciais	Anos Finais	Total		
2015	84,4%	88,5%	86,1%	87,5%	83,9%	84,9%	85,0%	84,8%
2016	73,1%	87,2%	82,5%	85,4%	93,5%	89,9%	94,9%	87,3%
2017	75,0%	90,0%	85,2%	86,5%	92,7%	90,5%	94,4%	90,3%
2018	83,3%	86,8%	85,4%	78,6%	92,3%	85,1%	95,5%	85,6%
2019	96,7%	93,1%	95,3%	97,2%	95,5%	96,4%	96,4%	94,1%
2020	90,5%	90,9%	92,1%	100,0%	95,7%	98,3%	97,0%	94,4%
2021	100,0%	100,0%	100%	100,0%	76,7%	86,8%	77,1%	84,8%
2022	100,0%	100,0%	100%	100,0%	100,0%	100,0%	97,0%	99,0%
2023	96,4%	97,0%	96,1%	100,0%	100,0%	100,0%	97,1%	96,2%

Fonte: Censo da Educação Básica

- Ao se considerar o indicador específico da meta, que exige que os professores tenham formação de nível superior em licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que lecionam — representado pelo INEP/MEC como o Grupo 1 na Adequação da Formação Docente (**AFD**) — observa-se uma queda significativa nos percentuais. Em 2023, o **Indicador 15C** dos Anos Iniciais apresentou o valor mais próximo de 100%, com **90,1%**, enquanto a Educação Infantil registrou o menor percentual, com **49,7%**, conforme se visualiza no gráfico abaixo.



Fonte: Novo Painel de Monitoramento do PNE – InepData

O cadastro preciso dos professores no Censo da Educação Básica anual é essencial para assegurar a consistência dos indicadores dessa meta, evitando inconsistências e prejuízos. É fundamental manter uma supervisão rigorosa sobre o levantamento e o registro anual dessas informações, além de promover concursos públicos para reduzir a dependência de contratos temporários. Esse conjunto de ações é necessário para que os **Indicadores 15A a 15D** possam efetivamente se aproximar de 100%.

QUADRO DO INDICADOR 15A, 15B, 15C E 15D

INDICADOR 15A		Proporção de professores da educação infantil com formação superior na área de conhecimento que lecionam.									
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										100%	NÃO
Meta executada no período (Painel de Monit. do PNE-InepData)		43,7%	40,6%	45,1%	49,4%	57,8%	48,8%	53,2%	57,3%	49,7%	
INDICADOR 15B		Proporção de professores dos anos iniciais com formação superior na área de conhecimento que lecionam.									
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										100%	NÃO
Meta executada no período (Painel de Monit. do PNE-InepData)		88,4%	85,3%	86,6%	77,1%	94,6%	92,2%	90,0%	92,4%	90,1%	
INDICADOR 15C		Proporção de professores dos anos finais com formação superior na área de conhecimento que lecionam.									
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										100%	NÃO
Meta executada no período (Painel de Monit. do PNE-InepData)		55,6%	46,6%	41,3%	52,9%	46,3%	50,3%	46,8%	58,8%	58,5%	
INDICADOR 15D		Proporção de professores do ensino médio com formação superior na área de conhecimento que lecionam.									
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										100%	NÃO
Meta executada no período (Painel de Monit. do PNE-InepData)		51,1%	58,0%	55,4%	63,5%	54,5%	62,5%	52,9%	71,1%	62,1%	

Obs: SI – Sem Informação

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 15

META 15 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
15.1 Articular com as instituições de nível superior, formadoras de profissionais para educação básica, de forma a promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura, garantindo a renovação pedagógica, com foco no aprendizado do estudante.	2015-2025	Não se aplica	Em desenvolvimento	Sim
	Observações: - Houve tratativas neste sentido, por meio do Programa Café Unoesc em que os Secretários de Educação dos municípios da AMMOC, elaboraram uma carta de intenções dos municípios, sugerindo melhorias nos cursos de formação de docentes pela IES.			
15.2 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais.	2015-2025	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Por meio da oferta de vagas de estágio, remunerado e não remunerado, nas escolas de ensino fundamental e educação infantil.			
15.3 Assegurar a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviços, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino.	Anual	Ação: 2013; 2017; 2018	Realizada	Sim
	Observações: - Há oferta anual de formação continuada aos profissionais da educação.			

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

3.16 META DA FORMAÇÃO CONTINUADA E PÓS-GRADUAÇÃO DE PROFESSORES

Meta 16 – Incentivar a formação de 80% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu.

Nos anos de 2021 e 2022, o **Indicador 16A**, que mede a formação acadêmica de docentes em nível de pós-graduação, registrou os piores e melhores resultados do período do PME: 58,0% em 2021, refletindo o impacto da pandemia, e 81,8% e 81,0% em 2022 e 2023, respectivamente, superando a meta local de 80%. A meta de 50% estabelecida pelo PNE e PEE já havia sido alcançada no início da vigência do Plano Decenal de Educação, conforme demonstrado no Quadro 15 a seguir.

Destaca-se que a escola da rede privada em Ouro não declarou seus dados estatísticos educacionais ao Censo da Educação Básica entre 2019 e 2023, ficando assim fora dos indicadores educacionais calculados para o município.

Quadro 15 - Número de Docentes na Educação Básica por Formação Acadêmica em nível de pós-graduação nas Redes de Ensino de Ouro – 2015 a 2023

Ano	Total de Professores Educação Básica	Pós-graduação				Docentes com pós-graduação
		Especialização	Mestrado	Doutorado	Total	
2015	125	83	-	-	83	66,4%
2016	118	77	-	-	77	65,3%
2017	113	75	-	-	75	66,4%
2018	111	65	-	-	65	58,6%
2019	85	56	-	-	56	65,9%
2020	90	54	-	-	54	60,0%
2021	138	79	1	-	80	58,0%
2022	99	80	1	-	81	81,8%
2023	105	82	3	-	85	81,0%

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica - Obs: Até 2018 havia inclusão de professores da Rede Privada

De acordo com dados levantados pela Secretaria Municipal de Educação, 100% dos professores efetivos e estáveis da **Rede Municipal** possuem titulação de pós-graduação. Ao incluir os professores temporários, esse percentual se aproxima de 90%, porém, varia de ano a ano.

Em relação ao **Indicador 16B**, que mede o percentual de professores da Educação Básica em regência de classe que participam de 80 horas anuais de formação continuada, conforme os critérios do INEP para o Censo da Educação Básica, os dados mais recentes, obtidos pelo Painel da Meta 16 do TCE-SC, indicam percentuais entre 60% e 70% de 2015 a 2020, com **67,0%** registrado em 2020, conforme ilustrado no Quadro dos Indicadores 16A e 16B a seguir.

QUADRO DOS INDICADORES 16A E 16B

INDICADOR 16A		Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu										
Ano		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista	PNE/PEE										50%	SIM
	PME										80%	SIM
Meta executada no período (Censo Educação Básica)		66,4%	65,3%	66,4%	58,6%	65,9%	60,0%	58,0%	81,8%	81,0%		
Meta executada no período (TCE-SC Painel da Meta 16)		60,4%	65,6%	65,8%	58,9%	66,3%	60,4%	58,0%	81,8%	SI		
INDICADOR 16B		Percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada										
Ano		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista											100%	NÃO
Meta executada no período (Painel de Monit. do PNE-InepData)		-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Meta executada no período (TCE-SC Painel da Meta 16)		67,2%	67,2%	69,3%	67,9%	61,6%	67,0%	-	-	-		

Obs: SI – Sem Informação

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 16

META 16 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
16.1 Buscar parcerias com instituições educacionais para a implantação de novos cursos de pós-graduação na área de educação.	2015-2025	Não contemplada	Realizada	Sim
	Observações: - Embora não haja uma parceria formal, há ampla divulgação, facilidade de acesso e oferta de cursos de pós-graduação para incentivar a adesão, especialmente em nível de especialização, com opções presenciais e a distância oferecidas por instituições locais.			

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

3.17 META DA VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES

Meta 17 – Valorizar os profissionais do magistério da rede municipal de ensino, assegurando a continuidade e melhoria do Plano de Carreira, respeitando a legislação nacional vigente.

Em relação à Meta 17, que trata da valorização dos profissionais do magistério, a Rede Municipal de Ensino optou por focar no cumprimento da legislação nacional vigente, particularmente a Lei nº 11.738/2008, em vez de priorizar a equiparação ao salário médio de profissionais não docentes com escolaridade equivalente. Nesse sentido, vem sendo atendidos os requisitos relativos ao vencimento base dos professores, com referência ao Piso Salarial Nacional Profissional (PSNP), a garantia de 1/3 da jornada dedicada a atividades extracurriculares e a oferta de formação continuada.

Embora existam estudos sobre o Plano de Carreira do Magistério, este não avançou no período de vigência do PME, mesmo com diversas situações que demandam revisão e ajustes. Quanto ao **Indicador 17A**, não há informações específicas que subsidiem uma política salarial municipal para os professores além do PSNP e dos benefícios previstos no Plano de Carreira. Dados do Painel de Monitoramento do PNE-InepData, com base na Pnad contínua, indicam que o indicador de equiparação salarial — média do rendimento bruto mensal dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica em relação a outros profissionais com nível superior completo — foi de 86,9% para o Brasil e de 92,2% para Santa Catarina em 2023, conforme indicado no Quadro 16 abaixo. Assim, considerando que o município não assegurou o vencimento inicial da carreira docente conforme o Piso Salarial Nacional Profissional para os anos de 2023 e 2024, a equiparação salarial em âmbito local também não foi atingida.

Quadro 16 - Rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das Redes Públicas de Educação Básica e dos demais profissionais com nível superior completo e Indicador 17A do PNE/PEE – Brasil e Santa Catarina – 2015 a 2019/2022 e 2023

Brasil e Santa Catarina	Ano						
	2015	2016	2017	2018	2019	2022	2023
Brasil							
Profissionais do Magistério	4.899,71	4.619,07	4.790,45	4.875,91	4.852,69	4.577,09	4.919,53
Demais Profissionais	6.740,60	6.451,41	6.380,41	6.360,75	6.178,40	5.541,55	5.660,99
Indicador 17A PNE	72,7%	71,5%	75,1%	76,7%	78,5%	82,6%	86,9%
Santa Catarina							
Profissionais do Magistério	4.375,65	4.267,90	4.437,98	4.197,40	4.315,33	4.695,94	4.668,82
Demais Profissionais	5.879,29	5.094,74	5.476,44	5.038,91	5.214,30	4.967,93	5.062,08
Indicador 17A PEE	74,4%	83,8%	81,0%	83,3%	82,8%	94,5%	92,2%

Fonte: Dired/Inep com base em dados da Pnad contínua/IBGE

QUADRO DO INDICADOR 17A

INDICADOR 17A	Relação percentual entre o salário médio de profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, com nível superior completo, e o rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados, com o mesmo nível de escolaridade.										ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024		
Ano												
Meta prevista												SI Sem informação
Meta executada no período (Painel de Monit. do PNE-InepData)	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	SI			
Meta executada no período (dado oficial – Censo Educação Básica)	-	-	-	-	-	-	-	-	-			

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 17

META 17 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
17.1 Revisar, a cada dois anos, o Plano de Carreira do Magistério Municipal, realizando as alterações necessárias e de interesse da classe, tendo como parâmetro o Piso Salarial Nacional Profissional e as demais legislações vigentes.	2017/2019/2021 e 2023	Não contemplada	Realizada	Sim
	Observações: - Houve o estudo de readequação do Plano de Carreira do Magistério Municipal, com efetiva participação de representantes de classe, porém, diante das excepcionalidades geradas pela Pandemia da COVID-19, houve impedimentos de ordem legal para sua aprovação em lei, no ano de 2020; - Nos últimos anos, a Secretaria Municipal de Educação organizou estudos para compilar as leis complementares do Plano de Carreira e Remuneração (PCR) do Magistério, além de realizar simulações para a incorporação da regência de classe e a retomada do pagamento do avanço vertical por titulação de pós-graduação, benefício perdido na última reforma, entre outras análises; - Para os anos de 2023 e 2024 o Piso Nacional não está sendo pago como vencimento inicial aos professores.			
17.2 Garantir o período determinado em legislação de 2/3 em sala de aula e 1/3 em hora atividade.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Estratégia cumprida em sua integralidade.			
17.3 Assegurar o prêmio assiduidade para os profissionais da educação ativos, seguidos os critérios inseridos no Plano de Carreira.	2015-2025	Ação: 2016; 2017; 2018	Realizada	Sim
	Observações: - Estratégia cumprida em sua integralidade.			
17.4 Assegurar o direito a licença prêmio aos profissionais da educação, conforme critérios estabelecidos no Plano de Carreira.	2015-2025	Ação: 2016; 2017; 2018	Realizada	Sim
	Observações: - Estratégia cumprida em sua integralidade.			
17.5 Planos de curso desenvolvido, através de projetos pedagógicos, envolvendo os eixos temáticos realizado de forma participativa para todos trabalharem o mesmo assunto em todas as turmas no ensino fundamental e educação infantil.	2015-2025	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Por meio das novas diretrizes curriculares estabelecidas pela BNCC.			
17.6 Buscar parceria com a Secretaria de Saúde quanto ao atendimento de profissionais especialistas (psicólogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, neurologista, dentista, psiquiatra) aos alunos e trabalhadores em educação, sempre que possível e/ou necessário.	2015-2025	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Estratégia realizada de acordo com a demanda e programas da Secretaria de Saúde.			
17.7 Viabilizar a criação e a manutenção de salas ambientes, propiciando a formação de laboratórios específicos nas mais diversas áreas, contemplando equipamentos e tecnologias necessárias para o funcionamento de cada ambiente.	2015-2025	Ação: 1002; 1005; 2013; 2017; 2018	Em desenvolvimento	Parcialmente
	Observações: - Há apenas os laboratórios de informática nas escolas. Laboratórios de áreas específicas, estes dependem de auxílio financeiro da união.			

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

3.18 META DO PLANO DE CARREIRA DOCENTE

Meta 18 – Ampliar a qualidade do ensino e a valorização dos educadores, assegurando-lhes os direitos contidos no Plano de Carreira, bem como viabilizar concurso público sempre que houver a vacância do cargo de professor.

Diante da situação atual do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal (Lei Complementar nº 23/2012), é necessário considerar as dificuldades enfrentadas ao longo da vigência do Plano Municipal de Educação quanto à sua revisão, alteração e até mesmo execução. Os estudos realizados têm se mostrado insuficientes para atender às demandas dos docentes e gestores da Secretaria de Educação, mesmo com as tratativas junto ao Poder Executivo e Legislativo, especialmente quanto ao avanço vertical por nova titulação, suprimido em 2012, e à adequação do vencimento inicial da carreira ao Piso Salarial Nacional Profissional.

Embora o Piso Salarial Nacional Profissional (PSNP) tenha sido utilizado como referência ao longo da vigência do PME, o vencimento inicial dos professores para os anos de 2023 e 2024 ficou 7,95 e 7,61 pontos percentuais abaixo do piso nacional, respectivamente. O quadro a seguir apresenta a comparação entre o PSNP e o vencimento base local.

Quadro 17 - Comparativo entre o Piso Nacional Profissional e o vencimento base dos Professores com formação de nível superior na Rede Municipal de Ensino do município de Ouro – 2015 a 2024

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
PNP	1.917,78	2.135,64	2.298,80	2.455,35	2.557,74	2.886,24	2.886,24	3.845,63	4.420,55	4.580,57
Vencimento base professor com nível superior	1.958,77	2.179,72	2.346,26	2.455,35	2.561,42	2.886,15	3.016,60	3.845,64	4.069,07	4.231,83
Percentual de variação	+2,14%	+2,06%	+2,06%	0,0%	+1,44%	0,0%	+4,52%	0,0%	-7,95%	-7,61%

Fonte: Governo Federal e RH Prefeitura

A política de ampliação de carga horária de professores efetivos de 20 para 40 horas, prevista no Plano de Carreira, tem sido implementada por meio de contratos temporários. Essa prática tem impactado o indicador de efetivação docente ao longo dos anos, de forma que, em 2023, apenas 50,0% dos professores em atuação na Rede Municipal eram efetivos. Esse percentual é ainda menor na Rede Estadual, com apenas 27,3%, resultando em um índice de efetivação na Rede Pública como um todo de 41,0%, conforme apresentado no Quadro 18 a seguir. Mesmo o concurso público realizado em 2022 pelo município não foi suficiente para melhorar os dados apresentados até 2023.

Quadro 18 - Número de Docentes Efetivos na Educação Básica Regular por vínculo empregatício e dependência administrativa – Ouro 2015 a 2023

Rede de Ensino	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Pública	55,4%	58,7%	56,6%	57,0%	48,2%	48,9%	31,9%	44,4%	41,0%
Municipal	58,0%	59,4%	61,8%	72,7%	54,9%	61,5%	51,5%	52,5%	50,0%
Estadual	45,9%	55,2%	48,3%	35,1%	36,1%	30,8%	13,3%	30,2%	27,3%

Fonte: Painel de Monitoramento do PNE - InepData

Em relação à Lei nº 11.738/2008, que estabelece o Piso Salarial Nacional Profissional, e à Lei nº 14.113/2020, que trata do novo Fundeb, é importante destacar que o município tem cumprido as exigências legais, assegurando que os professores realizem 1/3 de sua carga horária em horas atividade,

bem como aplicando o mínimo de 70% dos recursos do Fundeb (a partir de 2021) para a remuneração dos profissionais da educação. No Quadro 19 a seguir, observa-se que o percentual destinado aos profissionais da educação tem permanecido ligeiramente acima do mínimo exigido nos últimos anos, com superávits que variaram entre 6,31% em 2023 e 10,61% em 2021.

Quadro 19 – Aplicação dos recursos do Fundeb 70% – Ouro 2021, 2022 e 2023

Item analisado	Ano contábil 2021		Ano contábil 2022		Ano contábil 2023	
	Percentual	Superávit	Percentual	Superávit	Percentual	Superávit
Percentual gasto com profissionais da educação	80,61%	10,61%	78,74%	8,74%	76,31%	6,31%

Fonte: Controle Interno da Prefeitura e TCE-SC – Demonstrativo da Aplicação de Recursos na MDE 2021 e 2022

Considerando os atuais indicadores apresentados no Novo Painel de Monitoramento do PNE-InepData, **Indicadores 18A, 18B, 18C e 18D** descritos no Quadro abaixo, estão sendo atendidos em âmbito municipal, exceto o piso nacional dos professores para 2023 e 2024:

QUADRO DOS INDICADORES DA META 18

Indicadores da Meta	Descrição do Indicador	Atende o Indicador? Sim/Não
Indicador 18A	Existência de PCR dos profissionais do magistério	SIM
Indicador 18B	Previsão do limite de 2/3 da carga horária dos professores para atividade de interação com os educandos	SIM
Indicador 18C	Atendimento ao PSNP dos professores	NÃO (para 2023 e 2024)
Indicador 18D	Existência de PCR dos profissionais da educação não docentes	SIM (junto ao Plano de Carreira geral da Prefeitura)

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 18

META 18 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
18.1 Prever no Plano de Carreira do Magistério Municipal, acréscimo de 5% a partir da segunda especialização em áreas afins com a educação (Pós graduação, Mestrado ou Doutorado), com carga horária de no mínimo 75% presencial, desde que o professor esteja atuando em área condizente com a nova especialização, a partir do segundo ano de vigência deste plano.	2015-2025	Não contemplada	Não iniciada	Não
	Observações: - Apesar de estudos realizados, não houve avanço quanto ao descrito nesta estratégia; - O Atual PCR do Magistério não contempla promoção por pós-graduação.			
18.2 Assegurar que no ato da contratação ou nomeação por concurso, os educadores sejam habilitados.	2015-2025	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - A habilitação mínima dos educadores em nível superior e na área de atuação está prevista no PCR, sendo exigido nos concursos públicas e processos seletivos; - No segundo semestre de 2022 foi realizado o Concurso Público por meio do Edital nº 01/2022, para os cargos de professor pedagogo de Educação Infantil e dos Anos Iniciais.			
18.3 Formação continuada para os educadores, planejado e desenvolvido pela Secretaria da Educação e parcerias com outras instituições autorizadas pelo MEC.	2015-2025	Ação: 2013; 2017; 2018	Realizada	Sim
	Observações: - Por meio da oferta de formação continuada anual oferecida pela Secretaria Municipal de Educação.			
18.4 Prever, no Plano de Carreira do Magistério Municipal, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, em nível de especialização (mestrado ou doutorado) stricto sensu, a partir do segundo ano de vigência deste plano.	2017-2025	Ação: 2013; 2017; 2018	Realizada	Sim
	Observações: - Com previsão em lei, porém, só com a garantia da lotação, sem assegurar tal promoção (avanço).			

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

3.19 META DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Meta 19 – Assegurar que os gestores das instituições de ensino, considerados cargos de confiança do chefe do Executivo, sejam escolhidos através dos critérios técnicos constantes do Plano de Carreira do Magistério Municipal.

Embora a meta para a gestão democrática tenha priorizado a nomeação comissionada de diretores escolares, tanto a Rede Municipal quanto a Rede Estadual contam com mecanismos que ampliam a participação da comunidade em questões educacionais por meio de colegiados intra e extraescolares, como o Conselho Municipal de Educação, o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS Fundeb), o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), as Associações de Pais e Professores (APPs), Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis nas instituições de ensino.

Em relação à escolha do cargo de diretor escolar, essa questão é regulamentada pela Lei Complementar nº 23/2012 do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, vigente até 2024, que estabelece critérios mínimos para a ocupação do cargo, cuja indicação é atribuição do poder executivo. No entanto, devido às condicionalidades para o recebimento da complementação VAAR (Valor Aluno Ano Resultado), conforme a nova lei do Fundeb, e à Lei do ICMS Educação (nº 18.489/2022), o município iniciou a implementação da gestão democrática para a seleção de diretores escolares até 2024. Esse processo será baseado em mérito e desempenho, com consulta pública junto à comunidade escolar, conforme o Decreto Municipal nº 874/2022 e, posteriormente, o Decreto nº 1.138/2024, que estabeleceu o Edital Educação nº 001/2024 para a Seleção e Escolha de Diretor Escolar para o período de 2025-2028.

Até 2023, apenas as duas escolas da Rede Estadual entre as sete escolas públicas locais cumprem o critério da gestão democrática de Diretor de Escola, fazendo com que o **Indicador 19A** atinja **28,6%** — ou seja, 100% das escolas estaduais e 0% das escolas municipais. Quanto aos colegiados intraescolares, **Indicador 19B**, este percentual alcançou **76,2%** para a Rede Pública em 2022 e 2023 (66,7% Rede Municipal e 100% Rede Estadual), conforme consta no Quadro abaixo.

QUADRO DOS INDICADORES 19A E 19B

Indicadores	Descrição do Indicador (Indicadores do novo Painel de Monitoramento do PNE – InepData)	Meta	Percentual de atendimento					
			Rede Municipal		Rede Estadual		Rede Pública	
			2022	2023	2022	2023	2022	2023
19A	Percentual de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo e consulta à comunidade escolar. <i>(fonte: Painel de monitoramento do PNE – InepData)</i>	100%	0,0%	0,0%	100%	100%	28,6%	28,6%
19B	Percentual de escolas públicas que possuem colegiados intraescolares (Conselho Escolar, Conselho de Pais e Mestres, Grêmios Estudantil para Anos Finais e Ensino Médio). <i>(fonte: Painel de monitoramento do PNE – InepData)</i>	100%	66,7%	66,7%	100%	100%	76,2%	76,2%

O quadro a seguir apresenta os dados dos Indicadores 19E e 19F para os anos de 2018 e 2021, conforme publicados no Painel de Monitoramento do PNE-InepData. Em relação ao **Indicador 19E**, que avalia a presença de conselhos extraescolares, o percentual alcançado foi de **75%**, ficando 25 pontos percentuais abaixo da meta. Já o **Indicador 19F**, referente à infraestrutura e capacitação dos membros dos Conselhos Municipais, atingiu a meta integralmente, com um percentual de **100%** para o ano de 2021.

QUADRO DOS INDICADORES 19E E 19F

Indicadores	Descrição do Indicador (indicadores informados no novo Painel de Monitoramento do PNE – InepData)	Meta	Percentual de atendimento		
			2018	2021	2023
19E	Percentual de existência de colegiados extraescolares no município (Conselho Municipal de Educação, CACS Fundeb, CAE, Fórum Permanente de Educação). <i>(fonte: Painel de monitoramento do PNE – InepData)</i>	100%	75,0%	75,0%	SI
19F	Percentual de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros do Conselho Municipal de Educação, CACS Fundeb e CAE no município. <i>(fonte: Painel de monitoramento do PNE – InepData)</i>	100%	16,7%	100%	SI

Obs: SI – Sem informação

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 19

META 19 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
19.1 Além dos critérios técnicos contidos no Plano de Carreira, na escolha dos gestores das instituições de ensino, considerar ainda que sejam Pós Graduados na área da Educação, efetivos e que tenham no mínimo 03 anos de atuação na rede municipal de ensino.	2015-2025	Ação: 2013; 2017; 2018	Realizada	Sim
	Observações: - Com previsão na Lei Complementar nº 23/2012 do PCR; - O Decreto Municipal nº 2.888/2022, posteriormente revogado e substituído pelo Decreto Municipal nº 1.138/2024, redefiniu critérios para a implementação de um processo de gestão democrática baseado em mérito, desempenho e consulta pública à comunidade escolar para o cargo de diretor. Essa reformulação culminou na criação do Edital Educação nº 001/2024, que regulamenta o Processo de Seleção e Escolha de Diretor Escolar.			
19.2 Disponibilizar para as instituições de ensino Orientador Pedagógico, conforme consta do Plano de Carreira.	2015-2025	Ação: 2013; 2017; 2018	Realizada	Sim
	Observações: - Estratégia atendida.			
19.3 Ter na rede municipal de ensino, um profissional Psicopedagogo, efetivo 40h, para atendimento dos alunos com defasagem e/ou situações de dificuldades de aprendizagem, a partir do segundo ano de vigência deste plano.	2015-2025	Ação: 2013; 2017; 2018	Realizada	Sim
	Observações: - O cargo de Psicopedagogo foi efetivado em 2020, por meio de concurso público realizado em 2019.			

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

3.20 META DO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO

Meta 20 – Ampliar progressivamente os 25% do investimento público direto em educação (orçamento) de forma a atender as necessidades de execução das ações/estratégias do Plano Municipal de Educação.

O município optou por não adotar o parâmetro do PIB para a Meta 20 do PME, que trata do financiamento da educação, conforme estabelecido nos Planos Nacional e Estadual de Educação. Essa decisão mostrou-se apropriada, pois o PIB local não é uma referência ideal para o contexto municipal. No quadro a seguir, observa-se que os investimentos em educação, em relação ao PIB local, mantiveram-se abaixo de 4,0%, com tendência de queda, fechando 2021 em 2,95%. Esse percentual está bem distante dos 7% previstos para o quinto ano de vigência dos planos decenais e dos 10% estimados para 2024/2025.

Quadro 20 - Recursos aplicados na Educação e sua relação com o PIB de Ouro – 2015 a 2021

Ano	Valor Liquidado R\$	Valor PIB	Gastos Educação em relação ao PIB
2015	5.362.437,65	139.204.381,00	3,85%
2016	5.914.114,18	149.795.560,00	3,95%
2017	6.209.165,89	159.748.888,00	3,89%
2018	6.367.264,16	166.184.828,00	3,83%
2019	6.906.324,44	195.961.399,00	3,52%
2020	6.386.192,67	216.547.063,00	2,95%
2021	8.830.699,82	252.603.676,00	3,50%

Fonte: TCE/SC – <https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br/extensions/PneMeta20/index.html>

Obs: SI – Sem informação

Nesse contexto, os investimentos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), principal indicador de investimento em educação municipal, apresentaram uma tendência de queda ao longo da vigência do plano decenal. Em 2020, excepcionalmente, devido à pandemia, registrou-se um superávit de apenas 1,88%. Nos anos seguintes, os investimentos retornaram aos níveis normais, alcançando 31,95% em 2023, com um superávit de 6,95%, conforme apresentado no Quadro 21 a seguir.

Quadro 21 – Quadro 17 – Percentual de aplicação dos Recursos em Manutenção e Desenvolvimento da Educação (MDE) – Herval d’Oeste 2015 a 2023

Ano	Total das despesas em educação (artigo 212 da Constituição Federal) R\$	Percentual efetivo aplicado em educação (artigo 212 da Constituição Federal) e superávit		Total da despesa com profissionais do magistério em efetivo exercício com recursos do Fundeb R\$	Percentual dos recursos do FUNDEB 60% (até 2020) e 70% efetivamente aplicado em gastos com profissionais do magistério	
		Percentual	Superávit		Percentual	Superávit
2015	4.931.783,87	32,36%	7,36%	2.137.980,38	98,18%	38,18%
2016	5.077.473,88	31,18%	6,18%	2.460.165,81	94,03%	34,03%
2017	5.152.895,89	30,14%	5,14%	2.838.494,02	99,77%	39,77%
2018	5.447.478,75	28,15%	3,15%	2.619.378,96	87,65%	27,65%
2019	6.177.428,65	29,04%	4,04%	2.622.627,56	82,93%	22,93%
2020	5.864.806,15	26,88%	1,88%	2.625.009,08	77,13%	17,13%
2021	7.789.045,72	29,24%	4,24%	3.223.293,25	80,61%	10,61%
2022	10.437.857,95	31,08%	6,08%	4.061.100,69	78,74%	8,74%
2023	11.693.601,78	31,95%	6,95%	4.013.655,08	76,31%	6,31%

Fonte: Painel da Meta 20 TCE-SC; Obs: SI – Sem informação

Considerando o Fundeb como a principal fonte de recursos para a educação, o Quadro 22 a seguir apresenta a variação entre os valores descontados e transferidos/restituídos da conta estadual do fundo, de 2015 a 2023. Observa-se que o município de Ouro não recupera integralmente o percentual de 20% dos impostos estaduais e federais descontados diretamente para o fundo, devido ao número de matrículas e à estrutura de atendimento oferecida em sua Rede de Ensino. Os percentuais de retenção têm oscilado anualmente, encerrando 2023 com uma retenção de R\$ 666.352,84, em comparação aos R\$ 5.188.900,60 transferidos, o que representa uma diferença de (-)12,8%.

Quadro 22 - Transferências X Descontos Anual dos Recursos do FUNDEB – Ouro 2015 a 2023

Ano	Transferências (R\$)	Descontos (R\$)	Diferença (R\$)	Diferença (%)
2015	2.160.389,08	2.749.368,09	-588.979,01	-27,2 %
2016	2.604.069,80	2.948.631,43	-344.561,63	-13,2 %
2017	2.780.736,33	3.050.893,33	-270.157,00	-9,7 %
2018	2.967.992,18	3.413.728,99	-445.736,81	-15,0 %
2019	3.142.005,67	3.623.325,08	-481.319,41	-15,3 %
2020	3.374.274,48	3.559.370,48	-185.096,00	-5,4 %
2021	4.041.195,74	4.531.601,53	-490.405,79	-12,1 %
2022	5.122.018,71	5.541.360,62	-419.341,91	-8,2%
2023	5.188.900,60	5.855.253,44	-666.352,84	-12,8 %

Fonte: Transferências constitucionais Fecam (<https://receitas.fecam.org.br/municipio/177/Ouro/FUNDEB/analises/analise/receitaDescontoAnual>)

Outro parâmetro importante na análise dos recursos educacionais é o investimento aluno-ano, conforme estabelecido pelo próprio mecanismo de alocação do Fundeb, ou seja, o Valor Aluno Ano Fundeb (VAAF) e, em alguns casos, o Valor Aluno Ano Total (VAAT). No Quadro 23 a seguir, observa-se que os investimentos por aluno-ano, conforme dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), indicam uma tendência de crescimento ao longo dos anos, apesar de oscilações pontuais. Em 2020, houve uma queda significativa devido aos efeitos da pandemia; no entanto, os investimentos foram retomados de forma expressiva a partir de 2021. O ano de 2023 destacou-se com o maior valor investido por aluno-ano na série histórica, atingindo R\$ 19.630,16 e acumulando uma variação positiva de +168,42% em relação ao ano de 2015.

Quadro 23 - Investimentos aluno-ano, por etapa de ensino e total na Rede Municipal de Ensino de Ouro na Educação Básica – SIOPE 2015 a 2023

Investimento por aluno-ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Educação Infantil	6.586,03	7.263,69	6.663,35	7.115,20	6.625,30	2.313,45	9.475,07	10.204,00	15.026,97
Ensino Fundamental	7.708,61	7.232,56	8.053,03	8.317,97	10.198,31	2.475,70	12.058,27	9.379,73	14.551,72
Total Investimento Educação Básica	7.313,24	7.212,45	7.290,09	7.748,27	8.430,23	2.397,00	12.964,78	12.281,08	19.630,16
Variação % ano anterior	-	-1,38%	+1,08%	+6,28%	+8,80%	-71,57%	+440,88%	-5,27%	+59,84%
Variação % acumulada 2015	-	-1,38%	-0,32%	+5,95%	+15,27%	-67,22%	+77,28%	+67,93%	+168,42%

Fonte: TCE/SC – <https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br/extensions/PneMeta20/index.html>

Diante da dinâmica implementada por meio da nova Lei do Fundeb (Lei 14.113/2020), cabe ressaltar que em relação ao VAAT–Valor Aluno Ano Total do Fundeb e VAAR–Valor Aluno Ano Resultado, o município de Ouro não foi contemplado com tais complementações até 2023 e 2024..

Em relação à complementação do VAAT, que abrange não apenas os recursos do próprio Fundeb, mas também outras receitas vinculadas à educação, como Ouro apresentou VAAT acima da média mínima nacional, não recebe tal complementação:

- VAAT 2023 – Mínimo nacional R\$ 8.196,52 (Port. MEC nº 7/2023) - Ouro R\$ 8.946,13;
- VAAT 2024 – Mínimo nacional R\$ 8.481,21 (Port. MEC nº 9/2024) - Ouro R\$ 10.325,28.

Em relação à aplicação do ICMS Educação no Índice de Participação dos Municípios (IPM), conforme estabelecido pela Lei Estadual nº 18.489/2022 e os parâmetros de meritocracia definidos pelo IQESC – Indicador de Qualidade das Escolas do Estado de Santa Catarina, apurado pelo TCE-SC, o município apresentou perdas no índice de retorno do ICMS em 2023 e 2024. As perdas foram de (-)1,505% em 2023 e (-)2,557% em 2024, quando comparadas com a metodologia anterior, conforme detalhado na tabela a seguir.

Cálculo do IPM de Ouro pela metodologia anterior e a atual, com aplicação do ICMS Educação de 10% para os anos de 2023 e 2024 e percentual de diferença entre ambos

Ano	Valor Adicionado (VA) ICMS 2023 e 2024	Fórmula IPM (anterior)			Fórmula do IPM (2023 e 2024)				Diferença entre IPM (A) e (B) (%)
		Fator 0,85	Fixo	IPM (A)	Fator 0,75	ICMS Educação (10%)	Fixo	IPM (B)	
2023	0,1628880	0,13845483	0,0508475	0,1893023	0,1221660	0,0134397	0,0508475	0,1864532	-1,505%
2024	0,1677742	0,14260809	0,0508475	0,1934555	0,1258307	0,0118300	0,0508475	0,1885081	-2,557%

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda (VA e ICMS Educação 2023 e 2024) e apuração efetuada

QUADRO DO INDICADOR 20A

INDICADOR 20A	Investimento público em Educação Pública										ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024		
Ano												
Meta prevista	≥25%	≥25%	≥25%	≥25%	≥25%	≥25%	≥25%	≥25%	≥25%	≥25%	≥25%	SIM
Meta executada no período <small>(dado extraoficial – TCE-SC Meta 20)</small>	32,36%	31,18%	30,14%	28,15%	29,04%	26,88%	29,24%	31,07%	31,95%			

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 20

META 20 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
20.1 Manter diálogo constante com os poderes do município para aumentar o percentual municipal de investimento na educação.	2015-2025	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Nas reuniões de planejamento e controle orçamentário: PPA, LDO, LOA e audiências públicas trimestrais, bem como por meio do MAVS Siope.			
20.2 Assegurar e ampliar as fontes de financiamento permanente e sustentável para todas as etapas e modalidades da educação pública.	2015-2025	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Por meio do Fundeb e demais recursos constitucionais, de programas e de transferências voluntárias vinculados diretamente aos alunos cadastrados no Censo da Educação Básica.			
20.3 Apresentar com transparência pública a prestação de contas da aplicação de 25% da receita líquida de impostos municipais, conforme previstos pela Lei 11.494/2007 – FUNDEB, destinados com exclusividade para a educação.	2015-2025	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Por meio da prestação de contas anual dos recursos do Fundeb, encaminhada pela Controladoria Interna da prefeitura, bem como pelo Sistema MAVS Siope, audiências públicas trimestrais e publicações no portal das transparências.			
20.4 Manter e ampliar as parcerias entre as secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social, Conselho Tutelar e CRAS, de maneira a melhorar as decisões e medidas tomadas com relação ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, configurando no trabalho de rede.	2015-2025	Não contemplada	Realizada	Sim
	Observações: - As Secretarias de Educação, de Saúde e de Assistência Social, bem como demais organismos que compõem a Rede de Proteção Social integram ações em defesa das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.			
20.5 Continuar e ampliar a parceria com a agricultura familiar garantindo a qualidade dos alimentos para a Alimentação Escolar dos educandos.	2015-2025	Ação: 2010; 2011; 2012	Realizada	Sim
	Observações: - O município sempre manteve tal parceria com a agricultura familiar e cumpre os 30% de gastos dos recursos do PNAE com este segmento produtivo.			
20.6 Manter e ampliar parceria com o SAED visando atender os educandos que necessitam.	2015-2025	Não contemplada	Realizada	Sim
	Observações: - Em parceria com escola estadual de Capinzal até o ano de 2019. Após esta data a Rede Estadual interrompeu tal parceria com o município, o qual buscou suas próprias alternativas para este atendimento.			
20.7 Implantar em parceria com Estado e União salas multifuncionais com profissionais especializados.	2015-2025	Não contemplada	Em desenvolvimento	Em parte
	Observações: - O município não foi contemplado com Sala de AEE e nenhum outro tipo de salas multifuncionais pelo Estado e/ou União. Sendo assim, o município contratou profissionais que compõem a equipe multifuncional/multiprofissional da Secretaria, os quais atendem as demandas existentes nas escolas, bem como orientam aos profissionais que atuam diretamente com os alunos e os pais/responsável; - A Secretaria de Educação criou a Sala de AEE na Rede Municipal de Ensino, por meio do Decreto nº 1.089/2024, a qual será instalada na EM Felisberto Vilarino Dutra.			
20.8 Viabilizar oficinas municipais, com profissionais especializados, de xadrez, teatro, dança, artesanato, musicalização, educação ambiental, para a educação infantil e fundamental.	2015-2025	Ação: 2023	Realizada	Sim
	Observações: - Realizado no contra turno escolar e coordenado e viabilizado pelos Departamento de Cultura e do Desporto, vinculados a SME.			

META 20 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
20.9 Manter e ampliar transporte para viagem de estudos, sempre embasado na Proposta Pedagógica.	2015-2025	Ação: 2014; 2019	Realizada	Sim
	Observações: - Conforme demanda requisitada pelas unidades escolares.			
20.10 Adequações dos ginásios para as aulas de educação Física com o suporte necessário para desenvolver várias modalidades de esportes.	2015-2025	Ação: 1002	Realizada	Sim
	Observações: - Todas as unidades escolares da Rede Municipal dispõem de ginásio de esporte, em constante manutenção e melhorias.			
20.11 Implantar feiras nas diversas áreas como: matemática e ciências, com planejamento, com comissões de trabalho formados pelos professores, psicopedagogos, gestão escolar, aberta ao público e a outros municípios.	2015-2025	Ação: 2013	Em desenvolvimento	Parcialmente
	Observações: - Em parceria com o Programa “A União Faz a Vida” foi realizada anualmente, até 2023, a Feira do Conhecimento, com turmas da Educação Infantil ao 5º Ano e apresentação de projetos. - Na etapa de creche é realizada a Feira Literária anual, com apresentação de trabalhos; - Projeto Arte e leitura na praça: realizado em comemoração ao dia do livro infantil.			
20.12 Desenvolver programas de incentivo a reciclagem, coleta seletiva de lixo na escola, nas famílias, envolvendo toda comunidade nesta proposta.	2015-2025	Não contemplada	Em desenvolvimento	Sim
	Observações: - Realizado diretamente pelas unidades escolares, como por exemplo: Projeto Lixo no Devido Lugar, em parceria com as famílias; - Parceria com o CDL – Projeto Recicla CDL e Lions Clube.			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

4. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente relatório de Monitoramento do PME, referente ao ano base de 2023 e publicado em 2024, tem como objetivo servir de referência e ferramenta para a tomada de decisões e ajustes necessários em relação ao cumprimento das metas e estratégias nele estabelecidas. Além disso, busca promover reflexões essenciais e definir parâmetros sobre o posicionamento do município em relação ao plano para o próximo decênio. A perspectiva é garantir que sejam considerados e assumidos compromissos tanto no âmbito municipal quanto em colaboração com os entes estaduais e federais, de modo a viabilizar efetivamente as ações propostas.

Nesta edição, foi utilizado o Quadro Resumo dos Indicadores, presente no novo Painel de Monitoramento do PNE, que possibilita a visualização do nível de alcance e execução dos indicadores das metas do Plano Municipal de Educação, para os quais existem dados disponíveis ou que correspondem ao município, conforme detalhado a seguir.

Ordem	INDICADOR	Alcance da Meta				
		Meta no PME ^a	Último Resultado ^b	Ano do Resultado ^c	Distância p/ Cumprimento da Meta ^d	Nível de Alcance da Meta ^e
1	Indicador 1A: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola/creche	100%	103,0%	2023	0,0 p.p	103,0%
2	Indicador 1B: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche	50%	68,8%	2023	0,0 p.p	137,6%
3	Indicador 2A: Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o ensino fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada)	100%	102,1%	2023	0,0 p.p	102,1%
4	Indicador 2B: Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído	95%	79,7%	2020	15,3 p.p	83,9%
5	Indicador 3A: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica (Segundo o PNE, a universalização desta etapa deveria ocorrer até 2016)	100%	Dado extraoficial - SME	2023	28,4 p.p	71,6%
			NT. nº 05/24/PME		0,0 p.p	100%
6	Indicador 3B: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa	90%	62,9%	2010	27,1 p.p	69,9%
7	Indicador 4A: Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola	100%	100%	2023	0,0 p.p	100%
8	Indicador 4B: Percentual de matrículas em classes comuns da Educação Básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação	100%	100%	2023	0,0 p.p	100%
9	Indicador 4C: Percentual de matrículas na Educação Básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD), altas habilidades ou	100%	14,7%	2023	85,3 p.p	14,7%

	superdotação que recebem Atendimento Educacional Especializado						
10	Indicador 5A*: Percentual de estudantes alfabetizados até o final do 2º ano do ensino fundamental em Língua Portuguesa no Saeb	100%	NA	2023	-	NA	
11	Indicador 5B*: Percentual de estudantes alfabetizados até o final do 2º ano do ensino fundamental em Matemática no Saeb	100%	NA	2023	-	NA	
12	Indicador 5A: Percentual de estudantes alfabetizados até o final do 2º ano do ensino fundamental em Língua Portuguesa e Matemática no Saeb/Secretaria de Estado da Educação SC	80,0%	72,6%	2030	7,4 p.p	90,8%	
13	Indicador 6A: Percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público-alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral	Rede Pública	25%	2023	26,2%	0,0 p.p	104,8%
		Rede Municipal			40,1%	0,0 p.p	160,4%
14	Indicador 6B: Percentual de escolas públicas da educação básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público-alvo da ETI em jornada de tempo integral	Rede Pública	50%	2022	26,2%	23,8 p.p	52,4%
		Rede Municipal			40,1%	9,9 p.p	80,2%
15	Indicador 7A: Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental	6,7	6,3	2021	0,4	94,0%	
		NA	ND	2023	-	NA	
16	Indicador 7B: Ideb dos anos finais do ensino fundamental	5,7	4,6	2019	1,1	80,7%	
		6,0	5,1	2023	0,9	85,0%	
17	Indicador 7C: Ideb do ensino médio	4,7	3,9	2021	0,8	83,0%	
		NA	4,4	2023	-	NA	
18	Indicador 8A*: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade	12,0	NA	2022	-	NA	
19	Indicador 8B*: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade residente na área rural	12,0	NA	2022	-	NA	
20	Indicador 8C*: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita)	12,0	NA	2022	-	NA	
21	Indicador 8D*: Razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos	100%	NA	2022	-	NA	
22	Indicador 9A: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade	100%	96,6%	2022	3,4 p.p	96,6%	
23	Indicador 9B: Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade	10,25%	NA	2022	-	χ ^f	
24	Indicador 10A*: Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional	NA	-	-	-	-	
25	Indicador 11A*: Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio	NA	-	-	-	-	
26	Indicador 12A: Taxa bruta de matrículas na graduação (TBM)	50%	26,6%	2010	23,4 p.p	53,2%	
27	Indicador 12B: Taxa Líquida de Escolarização na Educação Superior (TLE)	33%	21,9%	2010	11,1 p.p	66,4%	
28	Indicador 15A: Proporção de docências da educação infantil com professores cuja formação	100%	49,7%	2023	50,3 p.p	49,7%	

	superior está adequada à área de conhecimento que lecionam					
29	Indicador 15B: Proporção de docências dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam	100%	90,1%	2023	9,9 p.p	90,1%
30	Indicador 15C: Proporção de docências dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam	100%	58,5%	2023	41,5 p.p	58,5%
31	Indicador 15D: Proporção de docências do ensino médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam	100%	62,1%	2023	37,9 p.p	62,1%
32	Indicador 16A: Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu (Meta 80% no PME e 50% no PNE)	80%	81,0%	2023	0,0 p.p	101,3%
33	Indicador 16B: Percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada	100%	67,0%	2020	33,0 p.p	67,0%
34	Indicador 17A*: Relação percentual entre o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, com nível superior completo, e o rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados, com nível superior completo. (Segundo o PNE, a equiparação dessas categorias deveria ocorrer até 2020)	100%	NA	2023	-	NA
35	Indicador 18A: Existência de PCR dos profissionais do magistério – RM e RE	SIM	SIM	2023	-	100%
36	Indicador 18B: Município atende o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos – RM e RE	SIM	SIM	2023	-	100%
37	Indicador 18C: Município atende o PSNP	4.420,55	4.069,07	2023	-	92,0%
38	Indicador 18D: Existência de PCR dos profissionais da educação que não integram o magistério – Rede Municipal	SIM	SIM	2023	-	100%
39	Indicador 19A: Percentual de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e escolha com participação da comunidade escolar	100%	28,6%	2023	71,4 p.p	28,6%
40	Indicador 19B: Existência de colegiados intraescolares (Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres, Grêmios Estudantil) nas escolas públicas	100%	76,2%	2023	23,8 p.p	76,2%
41	Indicador 19C: Existência de colegiados extraescolares (Conselho Municipal de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fórum Permanentes de Educação ou Conferência Municipal)	100%	75,0%	2021	25,0 p.p	75,0%
42	Indicador 19D: Oferta de infraestrutura e capacitação aos membros do Conselho Municipal de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar	100%	100%	2021	0,0 p.p	100%

43	Indicador 20A: Gasto Público em Educação Pública em proporção ao PIB (Segundo o PNE - 7,0% do PIB até 2019 e 10% do PIB até 2024)	7%	3,50%	2021	3,5 p.p	50,0%
42	Indicador 20B: Gasto Público em Educação em relação ao MDE ($\geq 25\%$)	$\geq 25\%$	31,95%	2023	0,0 p.p	127,8%
<p>* NA = Não se aplica. Utilizado quando não há meta definida para o indicador ou quando não se pode calcular o Nível de Progresso ou de Execução, por falta de um valor de referência ou por não haver oferta no município.</p> <p>** ND = Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados.</p> <p>(a) Definida pelo Plano Municipal de Educação;</p> <p>(b) Resultado do Indicador para o Relatório atual de Monitoramento do PME</p> <p>(c) Ano do Último Resultado disponível para o indicador;</p> <p>(d) $d = a - b$;</p> <p>(e) $e = b/a$ [%];</p> <p>(f) $f = (100 - \text{Último resultado}) / (100 - \text{Meta})$ [%].</p>						

Considerando o estudo conduzido pela Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do PME, as seguintes considerações são apresentadas em relação às metas e indicadores:

✓ A universalização do atendimento na Educação Básica, conforme as Metas 1, 2 e 3, foi alcançada no município, ainda que indicadores extraoficiais possam não confirmar esse êxito. Essa conclusão é fundamentada pelos seguintes argumentos: 1. Não há registro de lista de espera para crianças e jovens entre 4 e 17 anos; 2. Existem vagas disponíveis para ingresso desde a Pré-escola até o Ensino Médio; 3. A Rede de Proteção Social não aponta alunos sem acesso ao sistema regular de ensino; 4. Alunos residentes no município buscam formação nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio em municípios vizinhos, o que exclui essas matrículas dos registros locais; 5. Alunos matriculados em escola particular do município não estão contabilizados no Educacenso.

✓ Em relação à etapa de creche (0 a 3 anos), o município já superou a meta de atendimento de 50%, desde o início do plano decenal, graças ao trabalho contínuo de ampliação, melhoria e reorganização dos espaços físicos na Educação Infantil, tanto na área urbana quanto rural, além da oferta de transporte escolar para essa faixa etária, conforme as normas vigentes. Em 2023, com a publicação dos dados do Censo 2022 do IBGE e a estimativa IBGE/TCU para 2023, o Indicador 1A alcançou 68,8%, superando a meta inicial estabelecida em 18,8 pontos percentuais.

✓ Em relação aos indicadores de fluxo dos alunos no Ensino Fundamental e Ensino Médio (Metas 2 e 3), para que a conclusão dos estudos em cada etapa ocorra na idade recomendada, é essencial considerar tanto os índices de reprovação quanto, principalmente, a distorção idade-série. Atualmente, essa distorção é de 13,9% no Ensino Fundamental e 14,0% no Ensino Médio, níveis que ultrapassam os limites estabelecidos para os indicadores de fluxo escolar. Para que os Indicadores 2B (95%) e 3B (90%) sejam atingidos, é necessário reduzir a distorção idade-série, uma vez que os percentuais residuais observados superam os limites de 5% e 10%, respectivamente, para esses ciclos.

✓ A Meta 4 – referente à inclusão de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais na classe comum, a Rede Pública vem conseguindo atender esta demanda. Entretanto, o município enfrenta desafios relacionados à falta de uma Sala ou Centro de Atendimento Educacional Especializado (AEE), contando apenas com uma profissional formada em Educação Especial que realiza atendimentos itinerantes nas escolas. Em função dessa limitação, o atendimento de AEE na rede alcançou apenas 6,3% em 2023. A equipe técnica da Secretaria de Educação conta com profissionais especializados em áreas específicas da Educação Especial, como Psicólogo Escolar, Assistente Social e Psicopedagogo, que dão suporte ao atendimento, mas há necessidade de ampliação para atender plenamente a demanda.

✓ Em relação à Meta 5 – Alfabetização Infantil, a Rede Municipal de Ensino aderiu ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) e, em 2023, participou da primeira edição do SAEB-Alfabetiza Brasil para o 2º Ano do Ensino Fundamental, novo ciclo instituído pelo INEP/MEC. Nesta avaliação, 72,6% das

crianças do 2º Ano foram consideradas plenamente alfabetizadas, da meta estipulada em 80% até 2030, alcançando o Nível 4 da escala que vai até 5, demonstrando um bom desempenho no processo de alfabetização infantil.

✓ O atendimento em Tempo Integral na Educação Básica, conforme a Meta 6, está atualmente disponível apenas na Educação Infantil. A meta de alcançar 25% das matrículas em Tempo Integral até 2024 foi impulsionada nos últimos anos pelos rearranjos logísticos realizados pela Secretaria de Educação, que integraram as etapas de Creche e Pré-escola nos mesmos prédios e ampliaram a oferta de vagas em Tempo Integral. Esse esforço levou à superação da meta, com 25,4% das matrículas em 2022 e 26,2% em 2023, sendo que a Rede Municipal sozinha atende 40% dos alunos em Tempo Integral.

Em relação ao Indicador 6B, apenas 28,6% das escolas públicas atendem pelo menos 25% dos alunos em Tempo Integral, mas a Rede Municipal sozinha atinge 40%, ficando a apenas 10 pontos percentuais da meta de 50% estipulada para 2024/2025.

✓ A Meta 7, que foca na qualidade da educação básica e é medida pelos resultados do IDEB nas avaliações externas do SAEB/INEP, precisa ser analisada considerando o contexto educacional atípico da pandemia. Os desempenhos das redes em nível local nas avaliações de 2021 e 2023 são descritos a seguir:

- **Anos Iniciais:** Sob responsabilidade da Rede Municipal de Ensino, os resultados do IDEB sempre alcançaram, e até superaram, as metas projetadas. No entanto, em 2021, o índice ficou em 6,3, ou seja, 0,4 pontos abaixo da meta de 6,7. Em 2023, o número de alunos dos 5ºs anos participantes no SAEB foi insuficiente para a divulgação do resultado da Rede Municipal.
- **Anos Finais:** Na Rede Estadual, que desde 2013 não vinha atingindo as metas projetadas para o IDEB, o resultado de 2021 não foi divulgado devido ao número insuficiente de participantes na avaliação. Em 2023, o IDEB ficou em 5,1, ainda 0,9 pontos abaixo da meta de 6,0 estabelecida no PME.
- **Ensino Médio:** Em 2021, o IDEB ficou em 3,9, 0,8 pontos abaixo da meta de 4,7 projetada com base na avaliação de 2017, que registrou um IDEB inicial de 4,2. Já em 2023, a nota do IDEB ficou em 4,4.

Considera-se fundamental uma reflexão mais ampla sobre a qualidade educacional, indo além dos resultados do IDEB, conforme indicado pela Estratégia 7.2 do PME, que enfatiza a necessidade de elevar a proficiência média dos alunos para os níveis "suficiente" e "desejável". Esse parâmetro está presente na nova Lei do Fundeb, que utiliza o VAAR (Valor Aluno Ano Resultado) como mecanismo de complementação de recursos para municípios que atendam às condicionalidades de gestão da qualidade e equidade educacional e outros indicadores. A Lei nº 18.489/2022, referente ao ICMS Educação para o estado de Santa Catarina, também reforça a importância desses critérios.

✓ A Meta 8, que visa elevar a escolaridade média da população adulta, conta com todo o suporte de infraestrutura e logística no município, possibilitando o acesso contínuo à educação básica local e o retorno aos estudos por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Capinzal. Além disso, os estudantes podem dar continuidade à formação no Ensino Técnico de Nível Médio e no Ensino Superior em cidades próximas, contando com apoio para transporte escolar.

✓ As Metas 9 e 10, voltadas para a Alfabetização de Jovens e Adultos e a EJA integrada à Educação Profissionalizante, oferecem apenas o programa regular de EJA no Ensino Fundamental e Médio em Capinzal, sem oferta regional de EJA Profissionalizante. Segundo o Censo 2022 do IBGE, a taxa de alfabetização apresentou um aumento de apenas 0,9% em comparação com o Censo de 2010, alcançando 96,6%.

✓ Para as Metas 11 e 12, que abrangem a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e o Ensino Superior presencial regular, o município, em razão da ausência de oferta local, oferece apoio logístico e financeiro para o transporte dos estudantes que buscam essas formações em regiões próximas, respeitando as normas e as condições financeiras do município.

✓ A Meta 13, referente à Qualidade da Educação Superior, não foi incorporada ao Plano Municipal de Educação (PME).

✓ A Meta 14 do Plano Municipal de Educação (PME) prevê, sobretudo, o incentivo à formação em pós-graduação, com foco nos profissionais da educação básica, por meio dos benefícios estabelecidos nos planos de carreira. Diferentemente do que consta no Plano Nacional de Educação (PNE) e no Plano Estadual de Educação (PEE), essa meta não aborda a etapa da Educação Superior em seu escopo.

✓ Em relação às Metas 15, 16, 17 e 18, que tratam da qualificação, formação e valorização dos profissionais da educação, com ênfase nos docentes, é imprescindível dar a devida atenção aos compromissos assumidos nas referidas metas e suas estratégias, especialmente considerando que estamos próximos do final da vigência do Plano Decenal de Educação. Alguns aspectos de fundamental importância deve ser pontuados:

- a) A formação docente em nível superior (DSU) é adequada para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. No entanto, quando analisada sob a ótica da Adequação da Formação Docente (AFD) – Grupo 1 com docentes nas áreas ou disciplinas de suas licenciaturas, observa-se uma queda nos percentuais, especialmente na Educação Infantil. Tal fato necessita de atenção quanto a contratação de docentes temporários com a devida habilitação para a área de conhecimento que irão lecionar, além de se encontrar a melhor forma de enquadramento dos demais servidores que atuam nas turmas da Educação Infantil no Censo da Educação Básica anual;
- b) A ousada meta de atingir 80% dos professores que atuam na Educação Básica com nível de pós-graduação, 30 pontos percentuais maior que a meta nacional e estadual, esta foi alcançada pelo município nos anos de 2022 e 2023, muito em função da maior precisão no enquadramento desta titulação no Censo da Educação Básica anual;
- c) Em relação a equiparação do rendimento bruto médio mensal dos docentes aos demais profissionais com escolaridade equivalente, o que se espera é que o município consiga corresponder com o Piso Salarial Nacional Profissional ao longo do tempo, garantindo este vencimento inicial a todos os professores, o que não ocorreu em 2023 e 2024;
- d) Quanto ao Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, o município dispõe de tal mecanismo legal, bem como o 1/3 de horas atividade dos professores. Contudo, vem encontrando dificuldades na adequação e/ou aprovação de uma nova versão para o documento, apesar das incessantes tentativas realizadas nos últimos anos, sem sucesso.

✓ A Meta 19, relacionada à Gestão Democrática, teve grande mobilização a partir de 2022, visando atender às condicionalidades estabelecidas para a seleção e escolha de diretores escolares, com a adoção de mecanismos de meritocracia e consulta pública à comunidade escolar, conforme previsto no Plano Municipal de Educação (PME), reforçado pelas Leis do novo Fundeb e do ICMS Educação estadual. Em âmbito municipal este processo ficou estruturado por meio de decreto municipal que estabelece as diretrizes para a implementação da gestão democrática à função de diretor escolar até 2024, sendo consolidado por meio do Edital Educação nº 001/2024.

Adicionalmente, os mecanismos de gestão democrática no município estão devidamente estabelecidos e em pleno funcionamento, por meio de conselhos intra e extraescolares. No entanto, persiste a necessidade de uma atenção especial à qualificação dos conselheiros e ao fortalecimento do Fórum Permanente de Educação, conforme previsto no § 4º do Artigo 4º-D da Lei do Sistema Municipal de Ensino. Além disso, é fundamental realizar estudos sobre a viabilidade da criação de grêmios estudantis nos Anos Iniciais.

✓ A Meta 20, referente ao financiamento da educação, foi devidamente assumida no Plano Municipal de Educação (PME), com foco no percentual constitucional obrigatório a ser investido na educação, e não no PIB. Nesse contexto, os percentuais de aplicação em manutenção e desenvolvimento da educação, calculados sobre a receita líquida de impostos, oscilaram consistentemente próximos ou ligeiramente acima dos 30%, bem acima do mínimo exigido de 25%.

Outros fatores recentes que têm impactado a situação financeira da educação no município incluem a complementação federal do VAAR (Valor Aluno Ano Resultado) estabelecida pela Lei nº 14.113/2020, e a Lei do ICMS Educação em âmbito estadual (Lei nº 18.489/2022). Por meio dessas leis, o município pode ser tanto beneficiado quanto prejudicado financeiramente, dependendo de sua capacidade de atender aos parâmetros de mérito e desempenho educacional, como indicadores educacionais, gestão democrática, equidade educacional, entre outros, conforme os critérios e condicionalidades estabelecidos nessas legislações. Neste sentido, cabe informar que o município de Ouro não recebeu complementação VAAR nos anos de 2023 e 2024 e no ICMS Educação tem apresentado pequena perda no fechamento do Índice de Participação dos Municípios (IPM), desde que o novo sistema foi implementado, com efeitos a partir de 2023.

Por fim, é fundamental que se dê a devida atenção nesse período final de vigência do PME, de modo que as reflexões e aprendizagens adquiridas ao longo de sua execução sirvam como referência e na construção do próximo plano decenal, tendo como principais pontos a serem considerados:

- **Valorização dos profissionais do magistério municipal**, por meio da reformulação do Plano de Carreira e da garantia do pagamento do Piso Salarial Nacional Profissional, além do avanço vertical na carreira com base em nova titulação;
- **Atenção à participação nas avaliações externas do SAEB**, para que o município possa obter informações detalhadas sobre a qualidade e equidade das aprendizagens dos alunos em todas as etapas de ensino da Rede Pública local;
- **Instalação do Centro de Atendimento Educacional Especializado** na Rede Municipal de Ensino, com o objetivo de oferecer suporte ao aluno da Educação Especial e Inclusiva que necessite de atendimentos especializados no contraturno escolar;
- **Verificação no Censo da Educação Básica de 2024** para assegurar que o Colégio Potencial da Rede Privada de Ensino tenha registrado corretamente seus alunos e professores no Censo da Educação Básica do município de Ouro.
- **Aprimorar os mecanismos de Busca Ativa Escolar**, com foco no registro e na localização dos estudantes de 4 a 17 anos e 11 meses que residem no município, mas possuem vínculo escolar em outros municípios.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO

5. ANEXOS

5.1 Referências

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações. Brasília, 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação – PNE EM MOVIMENTO. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2018.

OURO. **Lei nº 2.413, de 2015**. Plano Municipal de Educação do município de Ouro.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PAS - Pesquisa Anual de Serviços** [online]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/...> Acesso em: diversas datas, 2023 e 2024.

DATASUS. **Tecnologia da Informação a Serviço do SUS**. POPULAÇÃO RESIDENTE - ESTUDO DE ESTIMATIVAS POPULACIONAIS POR MUNICÍPIO, IDADE E SEXO 2000-2021 - BRASIL [online]. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popsvsbr>. Acesso em: 03 set. 2023.

INEP/DATA. **Novo Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação – PNE** [online]. Disponível em:
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojOGY5NWUyMDMtYzc0Mi00Y2Y5LTk3MmEtNThjMjJiY2NjNWExliwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: diversas datas, até 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. **Indicadores Educacionais 2015 a 2022** [online]. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: várias datas, 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. **IDEB – Resultados e Metas** [online]. Brasília: Inep, 2022. Disponível em:
<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=403128>. Acesso em: várias datas, 2024.

PORTAL QEDU. **Portal da Fundação Lemann**. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/#>. Acesso em: várias datas, 2024.

FECAM – Federação Catarinense de Municípios. **Portal das Transferências Constitucionais – SC** [online]. Disponível em:
<https://transferencias.fecam.org.br/municipio/177/Ouro/FUNDEB/analises/analise/receitaDdescontoAnual>. Acesso em: diversas datas, 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA. **TCE/SC Educação - Painéis de Acompanhamento dos Planos de Educação**. Link: Meta 01, Meta 02, Meta 07, Meta 16 e Meta 20. Disponível em: <https://servicos.tce.sc.gov.br/tceeducacao/#acompanhamento>. Acesso em: diversas datas, 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA. **Painel ICMS Educação**. Disponível em: <https://tcesc.shinyapps.io/iqesc/>. Acesso em: diversas datas, 2024.

MUNICÍPIO DE OURO. **Site oficial**. Disponível em: <https://www.ouro.sc.gov.br/>. Acesso em: 2023 e 2024.

PREFEITURA DE OURO. **Informações dos Setores: Contábil, Recursos Humanos, Controle Interno, Secretaria de Educação**. 2023 e 2024.

5.2 Glossário

AEE – Atendimento Educacional Especializado
AMMOC – Associação dos Municípios de Meio Oeste Catarinense
ANA – Avaliação Nacional de Alfabetização
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APOIA – Programa de Combate à Evasão Escolar
APP – Associação de Pais e Professores
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CACS – Conselho de Acompanhamento e Controle Social
CAESP – Centro de Atendimento Especializado
CAE – Conselho de Alimentação Escolar
CEI – Centro de Educação Infantil
CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos
CF – Constituição Federal
CNCA – Compromisso Nacional Criança Alfabetizada
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CONAE – Conferência Nacional de Educação
Educacenso – Censo da Educação Básica
EF – Ensino Fundamental
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FECAM – Federação Catarinense de Municípios
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFC – Instituto Federal Catarinense
INEP – Instituto Nacional de Pesquisa Educacional Anísio Teixeira
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação e Cultura
NT – Nota Técnica
PAR – Plano de Ações Articuladas
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PEE – Plano Estadual de Educação
PIB – Produto Interno Bruto
PME – Plano Municipal de Educação
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAIC – Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa
PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNE – Plano Nacional de Educação
PSNP – Piso Salarial Nacional Profissional
p.p – Pontos Percentuais
PPA - Plano Plurianual
PROUNI – Programa Universidade para Todos

PSNP - Piso Salarial Nacional Profissional
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEF – Secretaria de Estado da Fazenda
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo
SIGECON – Sistema de Gestão de Conselhos
SIGPC – Sistema de Gestão de Prestação de Contas
SIOPE – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação
SISU – Sistema de Seleção Unificada
SME – Secretaria Municipal de Educação
TCE – Tribunal de Contas Estadual
TBM – Taxa Bruta de Matrícula
TDH – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
TLE – Taxa Líquida de Escolarização
UNITI – Universidade da Terceira Idade
VAAF – Valor Aluno Ano Fundeb
VAAR – Valor Aluno Ano Resultado
VAAT – Valor Aluno Ano Total

5.3 Demais dados estatísticos:

a) População por idade de 0 a 17 anos – Faixa etária escolar da Educação Básica

População residente por Idade simples segundo Ano 2015 a 2021 Data SUS, 2022 Censo do IBGE e IBGE/TCU 2023

Município: 4211801 OURO

Período: 2015-2023

Ano	≤ 1 ano	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos
2015	87	87	87	87	87	86	89	89	90	90	93	92	93	93	95	100	101	104
2016	87	88	87	87	86	86	87	87	87	87	90	93	91	90	91	96	97	100
2017	85	86	88	87	85	86	86	86	86	85	87	90	91	90	88	90	93	96
2018	85	85	86	87	86	85	86	84	84	84	85	87	89	91	88	87	87	91
2019	85	84	84	86	86	85	84	84	84	82	85	85	87	88	88	86	85	86
2020	83	83	84	84	85	85	83	84	84	83	84	85	85	85	86	86	85	84
2021	81	82	83	83	84	85	85	83	83	83	83	83	84	84	82	84	85	83
2022	70	75	78	94	78	86	66	80	76	78	83	78	72	64	78	74	82	69
2023	70	75	78	94	78	86	66	80	76	78	83	78	72	64	78	74	82	69

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVSA/DAENT/CGIAE - 2015 a 2021, Censo IBGE 2022 e IBGE/TCU 2023

b) População por faixa etária escolar

População por faixa etária escolar Censo IBGE 2010, 2022, IBGE/TCU 2023 e estimativas DataSUS 2016 a 2021 - Município de Ouro

População	Censo 2010 IBGE	População residente estimada por ano - DataSUS							Censo IBGE 2022	Estimativa IBGE/TCU 2023
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021		
0 a 3 anos	337	261	262	261	258	254	251	248	317	317
4 e 5 anos	189	173	172	171	171	171	170	169	164	164
6 a 14 anos	945	824	803	789	778	767	759	750	675	675
15 a 17 anos	396	305	293	279	265	257	255	252	225	225

Fonte: IBGE, DataSUS e IBGE/TCU

5.4 Notas Técnicas (atualizações):

NOTA TÉCNICA Nº 01/2024/PME (atualização)

ASSUNTO: Levantamento da população de 0 a 17 anos de idade, por idade e faixa etária escolar de 2015 a 2023, para avaliar o atendimento das demandas das Metas 1, 2 e 3 do Plano Municipal de Educação.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO: Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do PME.

ANÁLISE TÉCNICA: Para a apuração da população em idade escolar nas faixas etárias correspondentes aos Indicadores 1A, 1B, 2A e 3A, relacionados às Metas 1, 2 e 3, foram considerados os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 e 2022, bem como as estimativas populacionais elaboradas pelo DataSUS (preparadas preliminarmente pelo Ministério da Saúde/SVSA/DAENT/CGIAE) entre 2015 e 2021 e pelo IBGE/TCU para o ano de 2023, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

População residente por Idade simples segundo Ano 2015 a 2021 Data SUS, 2022 Censo do IBGE e IBGE/TCU 2023

Município: 4211801 OURO - Período: 2015-2022

Ano	≤ 1 ano	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos
2015	87	87	87	87	87	86	89	89	90	90	93	92	93	93	95	100	101	104
2016	87	88	87	87	86	86	87	87	87	87	90	93	91	90	91	96	97	100
2017	85	86	88	87	85	86	86	86	86	85	87	90	91	90	88	90	93	96
2018	85	85	86	87	86	85	86	84	84	84	85	87	89	91	88	87	87	91
2019	85	84	84	86	86	85	84	84	84	82	85	85	87	88	88	86	85	86
2020	83	83	84	84	85	85	83	84	84	83	84	85	85	85	86	86	85	84
2021	81	82	83	83	84	85	85	83	83	83	83	83	84	84	82	84	85	83
2022	70	75	78	94	78	86	66	80	76	78	83	78	72	64	78	74	82	69
2023	70	75	78	94	78	86	66	80	76	78	83	78	72	64	78	74	82	69

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVSA/DAENT/CGIAE - 2015 a 2021, Censo IBGE 2022 e IBGE/TCU 2023

População por faixa etária escolar Censo IBGE 2010, 2022, IBGE/TCU 2023 e estimativas DataSUS 2016 a 2021 - Município de Ouro

População	Censo 2010 IBGE	População residente estimada por ano - DataSUS						Censo IBGE 2022	Estimativa IBGE/TCU 2023	
		2015	2016	2017	2018	2019	2020			2021
0 a 3 anos	337	261	262	261	258	254	251	248	317	317
4 e 5 anos	189	173	172	171	171	171	170	169	164	164
6 a 14 anos	945	824	803	789	778	767	759	750	675	675
15 a 17 anos	396	305	293	279	265	257	255	252	225	225

Fonte: IBGE, IBGE/TCU e DataSUS

CONCLUSÃO: Fica aprovada a utilização dos dados de população por faixa etária do município de Ouro, conforme descrito e calculado a partir das bases do IBGE e das estimativas do Sistema DataSUS. Esses dados serão empregados como base de cálculo para aferição da demanda atendida nas etapas de creche, pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, no relatório de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação.

Comissão Coordenadora de monitoramento e avaliação do PME

NOTA TÉCNICA Nº 02/2024/PME (atualização)

ASSUNTO: Atendimento da demanda da população de 4 e 5 anos de idade, na etapa do Pré-escolar e/ou nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, para aferição do Indicador 1A da Meta 1 do Plano Municipal de Educação.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO: Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do PME.

ANÁLISE TÉCNICA: A Meta 1 do Plano Municipal de Educação de Ouro, vinculada diretamente ao Indicador 1A, prevê nesse sentido “**Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade...**”.

Para obtenção de dados recentes do Indicador 1A, além do percentual de 88,3% da Pnad 2010 do IBGE, o presente estudo estatístico utilizou como referência os dados das matrículas por idade, de 4 e 5 anos, publicadas nas Sinopses dos Censos da Educação Básica de 2015 a 2023, bem como a população por faixa etária apurada por meio da Nota Técnica nº 01/2024 do PME, aplicados na fórmula a seguir:

Fórmula de cálculo para o Indicador 1A:

$$\frac{\text{população de 4 e 5 anos que frequenta a escola}}{\text{população de 4 e 5 anos}} \times 100$$

A partir das informações apresentadas, o Quadro abaixo sistematiza o processo de obtenção dos dados extraoficiais apurados para o Indicador 1A, no período decorrido do PME.

Número de matrículas atendidas no município de Ouro, na faixa etária de 4 e 5 anos de idade, por Modalidade de Ensino – Ensino Regular e/ou Educação Especial de 2015 a 2023

Ano	População de 4 e 5 anos	Creche	Pré-escola	Anos Iniciais	Total	Atendimento estimativa
2015	173	-	160	1	161	93,1%
2016	172	-	181	2	183	106,4%
2017	171	1	172	2	175	102,3%
2018	171	4	178	-	182	106,4%
2019	171	12	160*	-	172	100,6%
2020	170	11	152*	-	163	95,9%
2021	169	21	159*	-	180	106,5%
2022	164	14	168*	-	182	111,0%
2023	164	18	151*	-	169	103,0%

Fonte: Educacenso/INEP, estimativa populacional do Ministério da Saúde/SVSA/DAENT/CGIAE 2015 a 2021, Censo IBGE 2022 e IBGE/TCU 2023 - Obs: * Inclui alunos de escola da rede privada não inseridos no Educacenso: 16 (2019); 19 (2020); 30 (2021), 19 (2022) e 07 (2023).

Considerando outros aspectos relacionados a questão abordada é oportuno destacar que a Secretaria Municipal de Educação tem argumentos suficientes para considerar que o atendimento das crianças de 4 e 5 anos já foi universalizada no município, conforme segue:

1. Para o ano de 2020, a defasagem das matrículas em relação a população a ser atendida, está relacionada ao corte antecipado no registro das matrículas no Censo da Educação Básica, fechado no mês de fevereiro e não, como de costume, no mês de maio de cada ano;
2. Não há registro junto a Rede de Proteção Social de crianças de 4 e 5 anos fora da escola, especialmente, por parte do Conselho Tutelar e Promotoria Pública;
3. O atendimento das crianças na Educação Infantil fica facilitada em razão do município oferecer transporte escolar urbano e rural, para todos que dele necessitem, com as devidas adaptações e presença de monitor;

4. O município não possui lista de espera para o atendimento de crianças de 4 e 5 anos na Pré-escola na área urbana ou rural, em razão de atender a demanda existente.

CONCLUSÃO: Considerando o que se descreve no histórico/análise técnica da presente nota técnica e os argumentos apresentados, fica aprovada a utilização dos dados apurados quanto ao atendimento escolar das crianças de 4 e 5 anos de idade, como dados extraoficiais da Secretaria Municipal de Educação, para o Indicador 1A, relativo aos anos de 2015 a 2023. Conclui-se ainda, que a universalização deste atendimento foi alcançada de 2016 em diante.

Comissão Coordenadora de monitoramento e avaliação do PME

NOTA TÉCNICA Nº 03/2024/PME (atualização)

ASSUNTO: Atendimento da demanda da população de 0 a 3 anos de idade, na Educação Infantil.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO: Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do PME.

ANÁLISE TÉCNICA: A Meta 1 do Plano Municipal de Educação de Ouro, vinculada diretamente ao Indicador 1B, está assim descrita “(...) **ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste Plano**”.

Para fazer frente ao indicador oficial disponível na plataforma do PNE em Movimento, tendo como fonte a Pnad 2010 do IBGE (anterior ao PME), o qual aponta que o atendimento da população de 0 e 3 anos de idade correspondia ao percentual de 47,5%, é que se busca a partir deste estudo estatístico, ampliar tal investigação também para os anos de 2015 a 2023, bem como a população por faixa etária apurada por meio da Nota Técnica nº 01/2024 do PME, aplicados na fórmula a seguir:

Fórmula de cálculo para o Indicador 1B:

$$\frac{\text{população de 0 a 3 anos que frequenta a escola}}{\text{população de 0 a 3 anos}} \times 100$$

A partir das informações apresentadas, o Quadro abaixo sistematiza o processo de obtenção dos dados extraoficiais apurados para o Indicador 1B, no período decorrido do PME.

Número de matrículas atendidas no município de Ouro, na faixa etária de 0 a 3 anos de idade, por Modalidade de Ensino – Ensino Regular e/ou Educação Especial de 2015 a 2023

Ano	População de 0 a 3 anos	Creche	Pré-escola	Total	Atendimento estimativa
2015	261	175	62	237	90,8%
2016	262	147	60	207	79,0%
2017	261	151	69	220	84,3%
2018	258	141	64	205	79,5%
2019	254	201*	-	201	79,1%
2020	251	196*	-	196	78,1%
2021	248	194*	-	194	78,2%
2022	317	202*	-	202	63,7%
2023	317	218**	-	218	68,8%

Fonte: Educacenso/INEP, estimativa populacional do Ministério da Saúde/SVSA/DAENT/CGIAE 2015 a 2021, Censo IBGE 2022 e IBGE/TCU 2023 - Obs: * Inclui alunos de escola da rede privada não inseridos no Educacenso: 24 (2019); 22 (2020) e 10 (2021), 24 (2022) e 16 (2023).

CONCLUSÃO: Considerando o estudo realizado na presente nota técnica, os dados extraoficiais levantados para o Indicador 1B se justificam como fonte para análise de monitoramento e avaliação da Meta 1, da população de 0 a 3 anos de idade, cuja meta de atender 50% das crianças nesta faixa etária, já foi alcançada desde o ano de 2015.

Comissão Coordenadora de monitoramento e avaliação do PME

NOTA TÉCNICA Nº 04/2024/PME (atualização)

ASSUNTO: Universalização do atendimento de pessoas de 6 a 14 anos de idade que frequenta ou já concluíram o Ensino Fundamental - Indicador 2A da Meta 2.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO: Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do PME.

ANÁLISE TÉCNICA: A Meta 2 do Plano Municipal de Educação de Ouro, apesar de não estar explícito, tem o compromisso legal do atendimento de 100% da população de 6 a 14 anos na escola, a partir do ano de 2016.

Para obtenção de dados recentes para o Indicador 2A, além do percentual de 98,9% da Pnad 2010 do IBGE, o presente estudo estatístico utilizou como referência os dados das matrículas por idade, de 6 a 14 anos de idade, publicadas nas Sinopses dos Censos da Educação Básica de 2015 a 2023, bem como a população por faixa etária apurada por meio da Nota Técnica nº 01/2024 do PME, aplicados na fórmula a seguir

Fórmula de cálculo para o Indicador 2A:

$$\frac{\text{população de 6 a 14 anos que frequenta a escola}}{\text{população de 6 a 14 anos}} \times 100$$

A partir das informações apresentadas, o Quadro abaixo sistematiza o processo de obtenção dos dados extraoficiais apurados para o Indicador 2A, no período decorrido do PME.

Número de matrículas atendidas no município de Ouro, na faixa etária de 6 a 14 anos de idade, por Modalidade de Ensino – Ensino Regular e/ou Educação Especial de 2015 a 2023

Ano	População de 6 a 14 anos	Pré-escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Total	Atendimento estimativa
2015	824	9	430	313	6	758	92,0%
2016	803	14	429	263	13	719	89,5%
2017	789	16	402	273	4	695	88,1%
2018	778	6	424	248	2	680	87,4%
2019	767	8	415*	226*	1	650	84,7%
2020	759	10	429*	226*	2	655	86,3%
2021	750	12	470*	235*	-	704	93,9%
2022	675	6	451*	237*	-	694	102,8%
2023	675	23	389**	268**	9**	689	102,1%

Fonte: Educacenso/INEP, estimativa populacional do Ministério da Saúde/SVSA/DAENT/CGIAE 2015 a 2021, Censo IBGE 2022 e IBGE/TCU 2023 - Obs: * Inclui alunos de escola da rede privada não inseridos no Educacenso: 34 Anos Iniciais e 35 Anos Finais (2019); 57 Anos Iniciais e 26 Anos Finais (2020); 57 Anos Iniciais e 25 Anos Finais (2021); 55 Anos Iniciais e 30 Anos Finais (2022); **Inclui alunos de escola da rede privada não inseridos no Educacenso e de escolas da rede estadual de Capinzal: 04 Anos Iniciais, 57 Anos Finais e 08 Ensino Médio.

Considerando outros aspectos relacionados a questão abordada é oportuno destacar que a Secretaria Municipal de Educação tem argumentos suficientes para considerar que o atendimento das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade já foi universalizada no município, conforme segue:

1. Dados da Pnad 2010, apresentava atendimento de 6 a 14 anos de 98,9%, muito próximo de 100%, antes mesmo da aprovação do presente plano decenal;
2. Nas pesquisas realizadas pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Secretaria de Saúde (Agentes de Saúde), não foi constatado nenhuma criança ou adolescente de 6 a 14 anos sem atendimento escolar;

3. Não há registro junto a Rede de Proteção Social de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos fora da escola, especialmente por parte do Conselho Tutelar e Promotoria Pública, nem tampouco houve registro no Sistema APOIA;
4. Há um certo número de adolescentes do município de Ouro, os quais acabam sendo atendidos nos Anos Finais do Ensino Fundamental, em escola da Rede Estadual de Ensino, da cidade geminada de Capinzal.

CONCLUSÃO: Considerando o que se descreve no histórico/análise técnica da presente nota técnica, fica aprovada a utilização dos dados levantados sobre o atendimento da população de 6 a 14 anos de idade, como dados extraoficiais da Secretaria Municipal de Educação para o Indicador 2A, para os anos de 2015 a 2023. E ainda, mesmo que os dados oficiais disponíveis e extraoficiais apurados não apontem que a universalização pretendida tenha sido alcançada, diante dos argumentos apresentados neste estudo, é possível afirmar que o Indicador 2A, da Meta 2, já tenha sido alcançado, em razão dos argumentos apresentados, sendo possível afirmar que a universalização do atendimento da população de 6 a 14 anos de idade - Indicador 2A, foi alcançado de 2016 em diante.

Comissão Coordenadora de monitoramento e avaliação do PME

NOTA TÉCNICA Nº 05/2024/PME (atualização)

ASSUNTO: Universalização do atendimento de pessoas de 15 a 17 anos de idade que frequenta ou que já concluíram o Ensino Médio, Indicador 3A da Meta 3.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO: Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do PME.

ANÁLISE TÉCNICA: A Meta 3 do Plano Municipal de Educação de Ouro, prevê atendimento de 100% da população de 15 a 17 anos de idade na escola, a partir do ano de 2016.

Para obtenção de dados recentes para o Indicador 3A, além do percentual de 88,4% da Pnad 2010 do IBGE, o presente estudo estatístico utilizou como referência os dados das matrículas por idade, de 15 a 17 anos de idade, publicadas nas Sinopses dos Censos da Educação Básica de 2015 a 2023, bem como a população por faixa etária apurada por meio da Nota Técnica nº 01/2024 do PME, aplicados na fórmula a seguir:

Fórmula de cálculo para o Indicador 3A:

$$\frac{\text{população de 15 a 17 anos que frequenta a escola}}{\text{população de 15 a 17 anos}} \times 100$$

A partir das informações apresentadas, o Quadro abaixo sistematiza o processo de obtenção dos dados extraoficiais apurados para o Indicador 3A, no período decorrido do PME.

Número de matrículas atendidas no município de Ouro, na faixa etária de 15 a 17 anos de idade, por Modalidade de Ensino – Ensino Regular e/ou Educação Especial de 2015 a 2023

Ano	População de 15 a 17 anos	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Total	Atendimento estimativa
2015	305	-	44	207	251	82,3%
2016	293	1	53	198	252	86,0%
2017	279	-	42	196	238	85,3%
2018	265	-	31	246	277	104,5%
2019	257	-	31	188	219	85,2%
2020	255	-	36	157*	193	75,7%
2021	252	-	37	154*	191	75,8%
2022	225	-	32	124	156	69,3%
2023	225	-	30	131**	161	71,6%

Fonte: Educacenso/INEP, estimativa populacional do Ministério da Saúde/SVSA/DAENT/CGIAE 2015 a 2021, Censo IBGE 2022 e IBGE/TCU 2023 - Obs: * Inclui alunos de escola da rede privada não inseridos no Educacenso: 10 alunos em 2020 e 2021; **Inclui alunos que estudam em escola estadual de Capinzal – 06 alunos.

Considerando outros aspectos relacionados a questão abordada é oportuno destacar que a Secretaria Municipal de Educação tem argumentos suficientes para considerar que o atendimento da população de 15 a 17 anos de idade já foi universalizada no município, conforme segue:

1. O atendimento da demanda escolar para a população de 15 a 17 anos de idade, no Ensino Médio, ocorre em âmbito local e regional, em que, além do transporte escolar oferecido aos alunos do interior em todas as comunidades e na área urbana, o município oferece auxílio financeiro no transporte para quem busca Ensino Técnico de Nível Médio nos municípios da região. Há ainda os casos em que as famílias optam por enviar seus filhos para estudar em escolas particulares de cidades maiores. Tal condição acaba prejudicando o indicador de atendimento local, em razão dos alunos residirem em Ouro e suas matrículas serem contabilizadas em outro município;

2. Nas pesquisas realizadas pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Secretaria de Saúde (Agentes de Saúde), não foi constatado nenhum jovem de 15 a 17 anos de idade sem atendimento escolar, ou que não tenha tipo oportunidade de acesso;
3. Não há registro junto a Rede de Proteção Social de pessoas de 15 a 17 anos de idade fora da escola ou que já não tenham concluído o ensino médio, especialmente por parte do Conselho Tutelar e Promotoria Pública, nem tampouco houve registro no Sistema APOIA, que configurasse tal situação;
4. Há um certo número de jovens do município de Ouro, os quais acabam sendo atendidos nos Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA, em escola da Rede Estadual de Ensino, da cidade geminada de Capinzal.

CONCLUSÃO: Mesmo que os dados apontem certo residual de jovens de 15 a 17 anos “supostamente” não atendidos no Ensino Médio, considerando os argumentos apresentados no histórico/análise técnica acima e, pelo fato da Secretaria Municipal de Educação não ter registro de que haja população nesta faixa etária desassistida, conclui-se que o Indicador 3A, da Meta 3, é de 100% de 2016 em diante.

Comissão Coordenadora de monitoramento e avaliação do PME

NOTA TÉCNICA Nº 06/2024/PME (atualização)

ASSUNTO: Meta 4 - Indicador 4A – Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO: Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do PME.

HISTÓRICO: A Meta 4 do PME prevê “**Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (...)**”.

Indicador 4A - Fórmula de cálculo:

$$\text{Indicador 4A} = \frac{\text{população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola}}{\text{população de 4 a 17 anos com deficiência}} \times 100$$

Comentários sobre o indicador, tendo como fonte as informações da ficha técnica da Meta 4, disponibilizada no Painel de Monitoramento do PNE, do InepData:

O indicador representa a proporção de indivíduos de 4a 17 anos de idade com deficiência que frequentam a escola em relação à população total com deficiência nessa faixa etária. São considerados os dados da população de 4 a 17 anos que não consegue ou tem grande dificuldade em pelo menos um dos seguintes aspectos: enxergar, ouvir, caminhar, subir degraus e/ou possui alguma deficiência mental/intelectual permanente que limite as suas atividades habituais.

O cálculo utiliza dados do Censo Demográfico, cuja periodicidade é de 10 anos. Embora a PNAD seja frequentemente utilizada para o cálculo dos indicadores do PNE, no caso da Meta 4 isso não foi possível em razão da carência de informações sobre o público-alvo da educação especial. Além dessa restrição, ressaltam-se as diferentes metodologias adotadas pelo Censo Demográfico, de um lado, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pelo PNE e pelo Censo da Educação Básica, de outro. Enquanto o Censo Demográfico identifica pessoas que não conseguem ou tem diferentes graus de dificuldade permanente para enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus ou ainda possuem alguma deficiência mental/intelectual permanente que limite as suas atividades habituais, a LDB, o PNE e o Censo da Educação Básica fazem referência às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, descritos neste relatório como público-alvo da educação especial. O Censo da Educação Básica, entretanto, fornece apenas informações dessa população que frequenta a escola, não permitindo, portanto, a identificação do quantitativo dos indivíduos fora da escola..

ANÁLISE TÉCNICA: De acordo com os dados da PNAD 2010 do IBGE, 86,4% da população de 4 a 17 anos com deficiência estava matriculada na escola (Indicador 4A). Além disso, conforme o Painel de Monitoramento do PNE do InepData, o Indicador 4B, referente ao percentual de matrículas em classes comuns da educação básica de alunos de 4 a 17 anos com deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação, mostra que 100% desses alunos foram atendidos de 2015 a 2023. É importante destacar que não há registros de crianças e adolescentes na condição de inclusão sem atendimento nas redes de ensino do município. Dessa forma, é possível afirmar que atualmente 100% dessa demanda está sendo atendida de maneira adequada.

CONCLUSÃO: Considerando o exposto e a ausência de registros junto à Rede de Proteção Social de pessoas de 4 a 17 anos que, mesmo com condições limitantes, possam frequentar as classes comuns em qualquer uma das redes de ensino do município (municipal, estadual e privada), conclui-se que 100% dessa demanda está sendo atendida adequadamente.

Comissão Coordenadora de monitoramento e avaliação do PME

5.5 Demais informações:

- a) População de 0 a 17 anos e 11 meses residentes no município de Ouro que estudam na Rede Privada de Ensino local e nas Escolas Estaduais do município de Capinzal.

Matrículas 2023 - Escola da Rede Privada de Ouro e da Rede Estadual de Ensino de Capinzal

Unidade Escolar	Matrículas 2023 por faixa etária escolar – Corte de Idade CNE				
	0 a 3 anos	4 e 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	Total
Centro Educacional Potencial	16	8	6	-	30
EEB Belisário Pena	-	-	55	-	55
EEB Mater Dolorum	-	-	8	6	14
TOTAL	16	8	69	6	99

Fonte: Unidades escolares da Rede Estadual e Privada